

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS – PPGSP
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

Jahvier A. Lemus C.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA E O TERCEIRO SETOR:
Atuação do Posto de Interiorização e Triagem na Promoção de
Direitos Sociais em Manaus.

MANAUS

2021

Jahvier A. Lemus C.

**MIGRAÇÃO VENEZUELANA E O TERCEIRO SETOR:
Atuação do Posto de Interiorização e Triagem na Promoção de
Direitos Sociais em Manaus.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em segurança pública.

Orientador: Dr. Prof. Antônio Gelson de Oliveira Nascimento

MANAUS

2021

AGRADECIMENTOS

À minha família, a base de tudo, motivo para lutar e alegria em conquistar.

Ao Professor Dr. Antônio Gelson, orientador, pela dedicação e pela contribuição para a construção deste trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, pela oportunidade de compartilhar conhecimentos e crescimento acadêmico.
Aos colegas de turma do Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O Brasil, por ser um país continental e ter dez fronteiras, está ocasionalmente envolvido na gestão de fluxos migratórios massivos, para os quais se desenvolve uma estrutura complexa que envolve vários atores e os coloca em posição de defesa e promoção de direitos humanos utilizando como referência os objetivos de desenvolvimento sustentável. Parte essencial dessa estrutura é formada por organizações do terceiro setor, organizações da sociedade civil, que se articulam em uma dinâmica que oferece soluções práticas e eficientes às dificuldades que os imigrantes têm que enfrentar. Por meio da metodologia qualitativa, utilizando a técnica documental e complementando com visitas regulares à estação de internalização e triagem PITRIG na cidade de Manaus, onde o pesquisador era usuário dos serviços prestados, foi possível estudar e compreender a articulação intersetorial. Concluiu-se que existe uma articulação com o terceiro setor que fortalece o complexo processo de acolhimento e posterior interiorização dos imigrantes, recomendasse que mesmo com os mecanismos existentes e os significativos investimentos realizados, o acolher e interiorizar deve formar parte da política migratória perante a continuidade dos fluxos migratórios.

Palavras chaves: Migração internacional; Venezuela; Terceiro Setor; Manaus

RESUMEN

Brasil, al ser un país continental y de tercera frontera, ocasionalmente se involucra en la gestión de flujos migratorios masivos, para que usted desarrolle una estructura compleja que involucra varios factores y lo coloca en una posición de defensa y promoción de los derechos humanos con referencia a objetivos sostenibles. desarrollo. Una parte esencial de esta estructura la conforman organizaciones de terceros, organizaciones de la sociedad civil, que se articulan dinámicamente y ofrecen soluciones prácticas y efectivas a las dificultades que enfrentan los inmigrantes. A través de la metodología cualitativa, utilizando la técnica documental y complementando con visitas periódicas a la estación de internalización y proyección PITRIG en la ciudad de Manaus, donde el investigador era usuario de dos servicios prestados, se logró estudiar y comprender la articulación intersectorial. Se concluye que existe una articulación como tercer factor que fortalece el complejo proceso de acomodación y posterior internalización de dos inmigrantes, se recomienda que los mismos mecanismos y las importantes inversiones realizadas, o acogida e internalización, sean parte de la migración. política que prevalece después de dos corrientes.

Palabras Claves: Migración internacional; Venezuela; Tercer Sector; Manaus

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. DAS CONDIÇÕES DE ORIGEM DO USUÁRIO DO PITRIG.....	13
1.1. <i>A Migração Venezuelana e sua relevância demográfica</i>	15
1.2. <i>Menos população e mais idosos</i>	16
1.3. <i>Que lugar ocupa a Venezuela na região? – Qualidade de vida</i>	16
1.4. <i>A extensão da Insegurança alimentar</i>	17
1.5. <i>Migração e afetação do Recurso Humano</i>	19
1.6. <i>Migração e a formação de novas gerações</i>	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA	22
2.1. <i>Contexto histórico da Migração Venezuelana</i>	33
2.2. <i>Contexto regional da recente imigração venezuelana</i>	36
2.3. <i>Análise da migração venezuelana ao Brasil e a Teoria dos sistemas</i>	40
3. DO POSTO DE INTERIORIZAÇÃO E TRIAGEM	44
4. OSCs E ACOLHIMENTO NO PITRIG	51
4.1. <i>ADRA</i>	56
4.2. <i>Instituto MANA</i>	59
4.3. <i>Aldeias Infantis SOS</i>	61
4.4. <i>Cruz Vermelha Internacional</i>	64
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO TERCEIRO SETOR - OSCs.....	66
6. DA ACOLHIDA E ARTICULAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR	71
7. DA IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS NA RECEPÇÃO DOS IMIGRANTES.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81
Figura 1 - Totem na Sede Operação Acolhida	44
Figura 2 - Sala de Espera [PITRIG 2]	48
Figura 3 - Imagem de Satélite do primeiro PITRIG.....	49
Figura 4 - Doações Recebidas	53
Figura 5 - Braclete de Refugiado	57
Figura 6 - PRA na Rodoviária de Manaus.....	62
Figura 7 - Espaço Super Panas Rodoviária	63
Figura 8 - Sede Cruz Vermelha PITIRG	64

Figura 9 - Áreas de Atuação das OSCs no âmbito do PITRIG	66
Figura 10 - Identidade.....	67
Figura 11 - Competências OSCs Por Documento	67
Figura 12 - Outro tipo de Documentação Providenciada.	68
Figura 13- Atividades em função da Saúde do Imigrante	68
Figura 14 - Atividades em função da Empregabilidade do Imigrante.....	69
Figura 15 - Kits doados pelo UNFPA	76

INTRODUÇÃO

A migração internacional é uma realidade multidimensional que tem grande impacto no desenvolvimento dos países de origem, trânsito e destino e, nesse contexto, a migração internacional é questão transversal que deve ser tratada de forma coerente, abrangente e equilibrada, integrando o desenvolvimento com o devido respeito às dimensões sociais, econômicas e ambientais e o respeito dos direitos humanos. O ator principal desta realidade é o imigrante, definido pelo parágrafo 1o, alínea II, do art. 1o da Lei n. 13.445/2017 como a pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside no Brasil, estabelecendo-se de forma temporária ou definitiva.

O parágrafo 1o, alínea II, do art. 1o da Lei n. 13.445/2017 considera imigrante a pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside no Brasil, estabelecendo-se de forma temporária ou definitiva, no caso dos venezuelanos, seu status migratório é regularizado através de duas figuras, a residência e o refúgio, do qual, pode-se dizer que é um instituto jurídico internacional com efeito declaratório, de caráter universal e humanitário, que pode ser concedido nas situações em que o migrante sofre fundado temor de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Entretanto, a Declaração de Cartagena e a Lei n. 9.474/1997 (Estatuto dos Refugiados) ampliaram a definição de refugiado, passando a considerar também a pessoa vítima de grave ou generalizada violação de direitos humanos.

Os refugiados venezuelanos foram forçados a deixar seus locais de origem em razão de situações que os impediam de permanecer com segurança no país (TORRES, 2019, p. 11-12), por tal motivo a organização de estados americanos (OEA) reconheceu o dia 28 de junho de 2019 a grave crise econômica, política e humanitária na Venezuela como principal fator da migração massiva de venezuelanos na região.

Na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, uma articulação em grande escala vem sendo realizada com o objetivo de prestar assistência ao imigrante. Várias organizações prestam diversos serviços articulados entre si, sendo que cada organização realiza um aporte de recursos financeiros e humanos, ao mesmo tempo em que um agente externo deve registrar as atuações dessas organizações.

Trata-se de uma rede que inclui agências das Nações Unidas, governamentais e grandes organizações da sociedade civil que oferece de maneira solidária apoio ao imigrante recém-chegado, com o objetivo de promover a garantia e promoção dos direitos humanos desses sujeitos.

Em meio a essa complexidade advindos dessa crise humanitária, este trabalho traz como questão-problema a articulação das organizações da sociedade civil pertencentes ao terceiro setor no processo de recepção e acolhimento dos imigrantes no Ponto de Interiorização e Triagem localizado na cidade de Manaus.

O terceiro setor consiste em todas as iniciativas formalizadas pela sociedade civil, com autonomia de gestão e independência, de natureza sem fins lucrativos e como regra voluntária geral, e que orientam sua atividade à intervenção social no sentido amplo, o que implica que visam melhorar o ambiente social a partir de campos muito variados que desenvolvem sua atividade dentro e fora de um território específico (CABRAL, 2017).

Os governos limítrofes com a Venezuela devem contribuir com a intervenção preventiva através das instituições nacionais e internacionais e propor uma abordagem que responda aos problemas e necessidades de saúde, educação, segurança e coesão social, para enfrentar de forma articulada este fenômeno recorrente entre os países de origem e de destino de modo a minimizar as consequências derivadas da imigração internacional.

Para Martinez et al (2015) alguns países reconheceram a necessidade de criar mecanismos especiais para proteger os direitos de grupos de imigrantes em risco e vulneráveis, visto que muitos tendem a passar despercebidos pelas autoridades ou, em muitos casos, são revitimizados por meio de deportações ou detenções e outras práticas usadas contra estrangeiros. Para Martinez (2005) as políticas públicas em matéria de migração e sua relação com a cultura são parâmetros diretos da evolução social e, por isso, o debate público sobre este problema deve centrar boa parte do seu esforço na promoção de práticas de Estado, cada vez mais próximas dos princípios de uma sociedade humana com alcance global.

A situação cada vez mais complexa da migração venezuelana na América Latina constitui, sem dúvida, um desafio que ocupa um lugar preponderante no cenário político, social e econômico da região latino-americana.

É visível como esse tema transcendeu as agendas locais e faz parte de alguns esforços multinacionais em busca de boas práticas e soluções mais abrangentes. No entanto, todos os esforços ficaram pequenos perante a magnitude da situação, que foi agravada pela crise sanitária e seus impactos na economia causada pelo Covid-19. Alguns nacionais venezuelanos foram andando da cidade de Pacaraima, no estado de Roraima até a cidade de Manaus, no estado do Amazonas o que mostra a dificuldade de materializar políticas públicas de integração em favor da população migrante. Diante desse tipo de realidade, é necessário reconhecer o trabalho do terceiro setor, que incorpora mecanismos que permitem uma melhor integração e prestação de uma melhor assistência, que se revelam importantes, para a garantia de direitos, para o desenvolvimento e promoção de melhores condições de vida dessa população.

No entanto, é pertinente chamar a atenção para o fato de que a crise dos migrantes e refugiados venezuelanos pôs à prova o potencial das organizações nacionais e internacionais de direitos humanos para lidar com este tipo de situação. Para (FASSIN, 2014), não é só uma questão de solidariedade, uma vez que a solidariedade depende da atitude individual ou coletiva para com o outro, é um tipo de escolha pessoal ou posição que não constitui uma obrigação.

A atenção aos migrantes venezuelanos, sobretudo àqueles que deixaram seu país sem nenhum planejamento, fugindo em busca de melhores condições de vida, é uma questão prioritária de Direitos Humanos. Nestes casos tal e como explica Massey (1993) é quando a discriminação positiva atua contra a lei, uma vez que a igualdade de tratamento demonstrou deixar intactas as desigualdades dos mais vulneráveis. Não basta dizer que os migrantes têm os mesmos direitos, é necessário gerar algumas políticas públicas diferenciadoras, que busquem a igualdade real desses direitos, para que os migrantes possam incorporar-se com sucesso à vida produtiva e social do país de acolhimento.

O trabalho das organizações da sociedade civil (OSCs), permite integrar o imigrante ao país de acolhimento, o que pode refletir de forma positiva neste país, em vista da transmissão de seus conhecimentos, experiências e cultura aos nacionais. Essa integração é potencializada pelo trabalho desenvolvido pelas OSCs, na medida em que os direitos desses sujeitos são protegidos, e, com isso, as barreiras de acesso à educação, saúde, serviços públicos, habitação, entre outros são removidas, com efeitos econômicos e sociais importantes favoráveis ao país anfitrião, já que essas experiências e as estruturas construídas acabam sendo incorporadas aos processos socioeconômicos, independentemente da existência ou não de fluxo migratório.

A migração venezuelana enquanto fenômeno social da atualidade, deve ser utilizada como elemento para o desenvolvimento da sociedade do país receptor, através da boa política de acolhimento desse potencial recurso humano. Por meio da adequação a normas de Direitos Humanos é possível ter políticas públicas implementadas, eficazes e suficientes para facilitar a integração dos sujeitos afetados. Cada país tem sua realidade em relação aos direitos de seus cidadãos, mas na medida em que o planejamento leve os imigrantes em consideração, a transição poderá deixar de ser um problema e se tornar uma oportunidade.

É necessário o desenvolvimento de pesquisas que possam documentar as estratégias adotadas pelos países receptores de imigrantes expatriados, bem como, de estudos capazes de identificar o papel das instituições sociais na política migratória local. Nessa perspectiva, a principal questão a ser respondida nesta pesquisa é: como se articulam as organizações da sociedade civil pertencentes ao terceiro setor no processo de recepção e acolhimento dos imigrantes no Ponto de Interiorização e Triagem localizado na cidade de Manaus? Em seguida, outras questões nortearão a elaboração do presente trabalho.

- Quais são as organizações da sociedade civil envolvidas no processo de acolhimento do fluxo migratório venezuelano no posto de interiorização e triagem PITRIG da cidade de Manaus?
- Quais são as atividades desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil no processo de acolhimento do fluxo migratório venezuelano no posto de interiorização e triagem PITRIG da cidade de Manaus?
- Qual é a estrutura e processos organizacionais utilizados para garantir o atendimento ao imigrante venezuelano dentro do PITRIG?
- De que forma estas organizações se articulam com as entidades governamentais para garantir o atendimento dos migrantes venezuelanos?

Trata-se de um tema de grande relevância no campo das ciências sociais aplicadas, com grande repercussão no campo dos Direitos Humanos por se tratar de um estudo recorrente sobre fluxos migratórios de grande intensidade e contínuos desde de 2018, com efeitos diretos nas condições de vidas dos sujeitos, que de algum modo deixaram seu país de origem e deslocaram-se para a cidade de Manaus em busca de melhores condições de vida. Porém, a grande maioria, acabou submetida a situação extremamente precária e desumana, decorrente de sua condição de imigrante.

Entender o processo do acolhimento é também um exercício de compreensão das relações sociais estabelecidas, pelo qual o pesquisador foca nas relações interinstitucionais estabelecidas, capazes de promover a proteção desses cidadãos amparados por essa rede composta por um grande número de entidades pertencentes a diferentes esferas do governo (federal, municipal e estadual), agências das Nações Unidas, organizações governamentais estrangeiras e organizações da sociedade civil, entendidas aqui como terceiro setor.

O objetivo das atividades de acolhimento desenvolvidas por instituições do terceiro setor é atender ao estado de necessidade dos requerentes ou beneficiários de proteção internacional em situação de vulnerabilidade. O terceiro setor compreende as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil destinadas a prestar serviços com sentido filantrópico. Está constituído por centros de acolhimento e atenção ao público e por dispositivos e programas de entidades especializadas sem fins lucrativos, subsidiadas pela iniciativa privada e pública. Tais acolhimentos são complementados por projetos de intervenção individualizada que visam apoiar o processo de integração dos imigrantes. O perfil dos imigrantes é determinado pela sua situação de vulnerabilidade, entendida como o processo pelo qual uma pessoa está em risco de exclusão social.

Para OIM (2020) a situação de vulnerabilidade do imigrante venezuelano está fortemente relacionada à fragilidade ou saturação das redes de apoio social; morbidades com ou sem deficiências; ignorância do meio ambiente; falta de local de residência, alojamento ou de autorização de trabalho; ausência de documentação de identificação; falta de recursos econômicos; violência de gênero; situações de exclusão social e marginalidade; precarização de famílias de pais solteiros ou de famílias numerosas; gravidez; jovens entre 18 e 23 anos e maiores de 50 anos .

De acordo com a plataforma de coordenação para refugiados e migrantes da Venezuela (R4V) 5.649.714 migrantes venezuelanos atualizados até o 08 de julho do ano 2021, cifra que representa a soma de migrantes venezuelanos, refugiados e solicitantes de asilo relatados pelos governos de acolhimento que não envolve necessariamente identificação individual, nem registro de cada indivíduo, e inclui um grau de estimativa, de acordo com a metodologia de processamento de dados estatísticos utilizada por cada governo (R4V, 2020).

No Brasil, são 261.441 imigrantes venezuelanos, 46.343 têm o status de refugiado reconhecido e 96.556 solicitaram residência de acordo com (R4V, 2021). O Brasil tem um programa de acolhimento e interiorização de imigrantes em situação de vulnerabilidade que visa garantir a cobertura das necessidades básicas de alojamento e acolhimento de migrantes em situação de degradação física e / ou falta de apoio social, familiar e econômico.

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) dentro do Posto de Interiorização e Triagem localizado na cidade de Manaus. Como objetivos específicos o pesquisador identificou quais são as organizações da sociedade civil envolvidas no processo de acolhimento do fluxo migratório venezuelano, identificou quais são as atividades desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil no processo de acolhimento e apresentou a estrutura e processos organizacionais utilizados para garantir o atendimento ao imigrante venezuelano, concluindo s formas em que estas organizações se articulam com os outros dois setores (Público e Privado) com a finalidade de contribuir no atendimento dos migrantes venezuelanos.

O pesquisador fez a abordagem através do método de estudo de caso, utilizando a técnica documental, o pesquisador teve acesso a fontes primárias como foram editais e sites oficiais das OSCs. Estas informações foram complementadas com visitas regulares à estação de internalização e triagem do PITRIG, esta pesquisa se propõe a analisar a atuação das OSCs. A pesquisa está composta por sete capítulos, o primeiro fala sobre as condições de origem do usuário do PITRIG, o segundo aborda o referencial teórico, o terceiro fala sobre o posto de interiorização e triagem, o quarto sobre as OSCs e acolhimento no PITRIG, já no quinto sobre as atividades desenvolvidas concluindo com a importância dos fundos de apoio durante a operação acolhida.

1. DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DO USUÁRIO DO PITRIG

Para entender as condições em que chega o imigrante venezuelano no PITRIG, sujeitos demandantes de ações de urgência por parte do governo e das OSCs, é necessário contextualizar as condições em que essa migração acontece. Essas condições podem ser observadas na Pesquisa Nacional de Condição de Vida (ENCOVI) elaborada pelo Instituto de Investigação Econômica e Social (IIES)¹ da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB)² a qual apresentou as mais recentes atualizações da Pesquisa Nacional de Condição de Vida (ENCOVI)³, levantada entre novembro de 2019 e março de 2020, com uma cobertura ampliada de amostra a 16.920 domicílios a nível nacional. Não obstante, a consulta sobre 13 temas pode ser concluída em 9.932 casos, porque o estudo foi suspenso em meados de março por causa da crise sanitária provocada pelo COVID-19.

Os dados da pesquisa 2019-2020 indicam que a Venezuela adquiriu condições mais típicas dos países da América Central, Caribe e África em termos de pobreza e desnutrição. A Venezuela é classificada como o país mais pobre e o segundo mais desigual da América Latina (coeficiente de Gini 51.0)⁴ atrás do Brasil. Mas quando as variáveis instabilidade política, Produto Interno Bruto (PIB) e pobreza extrema são reunidas, a Venezuela aparece no segundo lugar no ranking de 12 países liderado pela Nigéria e finalizado com o Irã - seguidos pelo Chade, Congo e Zimbábue.

¹ O Instituto de Pesquisa Econômica e Social da Universidade Católica Andrés Bello (IIES-UCAB) é um centro de referência no campo de pesquisa criado em 1955, com o nome de Centro de Pesquisa Econômica, posteriormente constituído no IIES, como é atualmente conhecido. Consultado em: <https://www.ucab.edu.ve/investigacion/centros-e-institutos-de-investigacion/iies/> na data: 18/07/2020.

² A Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) é uma instituição de ensino superior privada da Venezuela. Possui seu campus principal localizado em Caracas; os outros estão em Los Teques, Puerto Ordaz e Coro. A UCAB foi fundada em outubro de 1953, pela Sociedade de Jesus consultado em: <https://www.ucab.edu.ve/> na data: 18/07/2020. A Universidade Católica Andrés Bello é a única instituição privada na Venezuela incluída na atualização QS World University Rankings 2021, um ranking mundial que a empresa britânica Quacquarelli Symonds preparou em seu estudo de ofertas acadêmicas para 2021.

³ O Projeto ENCOVI surgiu da preocupação compartilhada por pesquisadores da UCAB, UCV e USB, em relação à necessidade de ter informações pertinentes e oportunas no país para conhecer a situação social da população venezuelana. Consultado em: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019> na data: 18/07/2020.

⁴ Coeficiente de Gini, por vezes chamado índice de Gini ou razão de Gini, é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. Pode ser usado para qualquer distribuição embora seja comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda. Consultado em: Thomas, Wang, Fan (January 2001). "Measuring education inequality – Gini coefficients of education". The World Bank. Na data: 18/07/2020.

O diretor do projeto Pobreza da UCAB, sociólogo Luís Pedro Espanha explica:

Para fechar a lacuna da pobreza extrema, seriam necessários 5 bilhões de dólares por ano para financiar um programa de transferência direcionado, a uma taxa de 2 dólares por dia para 6,5 milhões de famílias venezuelanas" (UCAB, 2021)

Durante o ano 2020, o estudo também incorporou os efeitos da emigração internacional de venezuelanos e o impacto das medidas derivadas da pandemia do COVID-19⁵ na renda e no emprego. Nesta edição, os questionários em papel foram substituídos por um sistema de computador usado por organizações multilaterais para coleta e análise de dados. Infelizmente, os dados revelaram "a destruição da qualidade de vida acumulada nos últimos cinco anos". O estudo mostrou a necessidade de mudanças com propostas sérias e realistas.

A importância do estudo baseou-se no fato de que na Venezuela existe opacidade nos dados⁶, principalmente quando apresenta deficiências de desempenho e má administração. Como o acesso aos números reais da crise é a porta de entrada para o progresso nacional e, diante de um estado silencioso, a academia venezuelana se encarregou de descobrir exatamente quais são as sementes reais da disparidade econômica no país que reforça o massivo fluxo migratório e quais são os principais desafios nessa realidade hostil.

O estudo focalizou a pobreza, a efetividade de programas sociais (ou "missões", como são chamados pelo chavismo⁷), as características particulares dos lares venezuelanos, a saúde física e mental das pessoas, as taxas de mortalidade e nascimento, o estado dos programas de saúde materna e de vacinação infantil, emigração, educação, nutrição, segurança no trabalho e nas ruas, a taxa de emprego e as condições dos serviços públicos e de habitação em todo o país.

⁵ COVID-19 (do inglês Coronavirus Disease 2019) é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Os sintomas mais comuns são febre, tosse seca e cansaço. Consultado em: <https://www.cdc.gov/> na data: 18/07/2019

⁶ Consultado em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000500012&script=sci_arttext&tlng=pt na data 11/09/2020

⁷ Chavismo é a ideologia de esquerda política baseadas nas ideias, programas e estilo de governo associados com o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que governou o país entre 1999 e 2013. Chavista é um termo utilizado para descrever fortes apoiantes de Chávez, que está intimamente associado com o apoio do chavismo. Consultado em: <https://www.cdc.gov/> Na data: 20/07/2020.

1.1. A Migração Venezuelana e seus efeitos demográficos

O estudo (ENCOVI 2020, 2020) mostrou que a Venezuela faz parte desse clube de países da antiga esfera soviética ou da África, que veem suas populações encolher devido à migração. São 28,4 milhões de pessoas, porque cerca de 4 milhões dos cidadãos estão no exterior. Em 2011, o ano do último censo nacional, a Venezuela superou a barreira de 30 milhões de pessoas, mas o decremento populacional também é em decorrência do aumento da taxa de mortalidade e pela queda da taxa de fecundidade total⁸.

A migração não só reduziu significativamente a população, como também contribuiu para acelerar o processo de envelhecimento populacional, pois a emigração dos jovens, juntamente com a queda de nascimentos de crianças, elevou, de 10% em 2015 para 12% em 2020, a proporção de população do grupo etário de 60 anos ou mais (ENCOVI 2020, 2020). Atualmente o peso dos idosos na população aumentou e com isso esta população está naturalmente mais frágil em termos de saúde e produtividade. A sociedade venezuelana ao perder população jovem tornou-se, portanto, menos capaz de produzir riqueza e, com maior índice de envelhecimento, mais necessitada de diferentes formas de assistência.

O estudo permitiu observar um impacto negativo da migração sobre o bônus demográfico⁹ venezuelano, provocado pelo comprometimento do estoque da população em idade ativa. Em resumo, este estudo mostrou que a mudança demográfica afetou seriamente o bônus demográfico que terminou em 2015, antes dos 40 anos previstos anteriormente, devido à migração em massa da população jovem, afetando fortemente a estrutura etária do país e, conseqüentemente, afetando a população economicamente ativa existente antes do início da crise humanitária e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico local.

⁸ A TFT corresponde ao número médio de filhos que uma mulher representativa de uma coorte hipotética, de mulheres em idade reprodutiva, tem até o final do período reprodutivo.

⁹ Para (ALVES, 2020) o bônus demográfico é uma janela de oportunidade que ocorre quando há uma redução da razão de dependência demográfica, que é o coeficiente entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os maiores de 65 anos) e o segmento etário potencialmente produtivo (15 a 64 anos).

1.2. Menos população e mais idosos.

Aqueles que nasceram entre 2015 e 2020 viverão 3,7 anos a menos do que o previsto anteriormente pelo Estado. A taxa de mortalidade infantil, 26 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos, está nos níveis dos anos 80. Mais de 500.000 famílias vivem em habitações precárias, com pelo menos três pessoas por dormitório. Apenas 1 em cada 4 casas tem água corrente todos os dias. Apenas 1 em cada 10 casas tem energia todos os dias (ENCOVI 2020, 2020).

A Venezuela mantém um constante fluxo migratório porque, atualmente, de acordo com a (ENCOVI 2020, 2020) a sociedade é menor e mais pobre, com um poder de compra em queda que limita o consumo para quase tudo. O tecido social foi seriamente afetado por profundas fissuras, com mais e mais famílias dependendo de apenas uma pessoa, geralmente uma mulher mais velha. Entre a combinação de medidas de confinamento relacionadas à pandemia e escassez de combustível: o desemprego aumentou 6,9% e, devido a isso, 43% dos domicílios consultados relatam perda de renda desde março 2019 (ENCOVI 2020, 2020).

1.3. Que lugar ocupa a Venezuela na região? – Qualidade de vida.

A pesquisa ENCOVI – realizada antes da pandemia – mostrou que 79,3% das famílias venezuelanas não podem pagar a cesta básica de 50 produtos alimentares, e 96,2% não podem pagar a cesta básica de 312 outras necessidades e serviços básicos. O número de famílias venezuelanas que simplesmente não pode pagar um padrão básico de vida tem aumentado desde 2012, dois anos antes de a Venezuela entrar em recessão e muito antes das sanções econômicas entrarem em vigor.

Mas ser pobre não significa apenas que você e sua família não têm dinheiro suficiente para comer, mas também que suas condições de vida estão muito abaixo do padrão. Essa é a realidade de 6 em cada 10 famílias venezuelanas. Esse número também tem aumentado desde, pelo menos, 2014 e coloca a Venezuela como o país mais pobre da América Latina e do Caribe.

Agora que a escassez de bens básicos atingiu a hiperinflação e a PDVSA¹⁰ entrou em colapso, o governo perdeu a capacidade de fornecer a todos bens básicos de subsistência. Ainda assim, até o momento, a ENCOVI mostra que, a partir de 2019, as transferências públicas não salariais representam 25,3% da renda total da família e que 92% das famílias faziam parte do programa CLAP (Caixas com Cestas Básicas) e receberam uma caixa em algum momento (ENCOVI 2020, 2020).

Para romper o ciclo de pobreza, as famílias venezuelanas precisam ter meios de se sustentar por meio de empregos de alta qualidade, o que significa empregos formais relativamente bem pagos em bons ambientes de trabalho. No entanto, membros de famílias pobres têm condições menos favoráveis para competir por um emprego de alta qualidade. A idade média dos chefes de família é de 46 a 54 anos e, no máximo, 4 em cada 10 têm um ensino médio ou superior (ENCOVI 2020, 2020).

Além disso, quase metade (45%) dos venezuelanos economicamente ativos trabalha por conta própria (um número que chegou a 31% em 2014), principalmente no varejo. Portanto, eles não têm todos os benefícios de um trabalhador formalmente contratado (como vale-refeição e benefícios trabalhistas). E quando o trabalhador é forçado a parar de trabalhar devido a problemas de saúde ou uma pandemia inesperada, o trabalhador e sua família (de 2 a 4 membros) ficam sem renda para se manter (ENCOVI 2020, 2020).

1.4. A extensão da Insegurança alimentar

Este ano, a análise da ENCOVI sobre a situação de insegurança alimentar na Venezuela inclui duas novas seções: os efeitos da pandemia e o consumo de farinha, arroz, ovos e carne bovina, de acordo com a classe econômica.

¹⁰ A Petróleos de Venezuela (PDVSA) é uma empresa estatal venezuelana que se dedica a exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo da Venezuela. Fundada em 1 de janeiro de 1976, a PDVSA é a terceira maior empresa da América Latina, depois da brasileira Petrobras e a mexicana Pemex; catalogada em 2005 como a terceira empresa petrolífera em nível mundial e classificada pela revista internacional Fortune como a empresa de número 41 entre as 500 maiores do mundo. Em maio de 2010, a PDVSA também adquiriu, por 133.400.000 de dólares, 49% da única refinaria República Dominicana, conhecido como Refidomsa. Consultado em: <http://www.pdvsa.com/index.php?lang=es> na data 19/07/2020.

A pesquisa analisa a insegurança alimentar através de uma base conceitual (preocupando-se em manter o suprimento de alimentos, ajustando orçamentos e limitando a qualidade e a quantidade de porções de alimentos em casa) e através do acesso a alimentos, medidas antropométricas de crianças menores de 5 anos, desnutrição por gênero e economia domiciliar. Classe e comparações de dados com a região. O estudo também mostra que o acesso a alimentos não está necessariamente vinculado à renda.

No geral, a pesquisa mostra níveis mais altos de insegurança alimentar nas residências em comparação com a análise ENCOVI 2018: 79% das residências relatam falta de uma dieta saudável (que atinge 83% durante a pandemia, em comparação com os 69% relatados em 2018); 49% dos adultos relatam que sempre comem com fome (em comparação com 43% em 2018) e 34% dos adultos relatam comer apenas uma vez por dia ou passam dias inteiros sem comer (em comparação com os 30% em 2018). Atualmente, 87% dos adultos estão preocupados com a comida acabar em casa (em comparação com 84% em 2018) e 57% relatam efetivamente ficar sem comida (em comparação com 54% em 2018). Durante a pandemia, apenas 7% das casas não se preocupam com o suprimento de alimentos.

É importante destacar a comparação entre a pesquisa de 2018 e os dados fornecidos pela análise 2019-2020 para entender o crescimento da insegurança alimentar em todo o país. Em 2018, mostrou 25% de baixa insegurança alimentar, 31% de insegurança alimentar moderada e 32% de insegurança alimentar grave. Em 2019-2020, os dados mostram um aumento significativo na insegurança alimentar moderada, atingindo 36%, e insegurança alimentar grave, atingindo 33%. Em resumo: 3 em cada 4 domicílios (69%) relataram insegurança alimentar moderada e grave desde 2019.

O novo indicador da pesquisa, que analisa os grupos de alimentos ingeridos de acordo com a classe econômica (e mostra o acesso à farinha, arroz, ovos e carne bovina), mostra diferenças no consumo de proteína entre as classes econômica alta e baixa. Venezuelanos com alta renda comem 5 vezes mais carne do que aqueles com menor renda e 3 vezes mais ovos; destacando que a desigualdade mostra 30% das diferenças nutricionais, dependendo do status social. As famílias de baixa renda têm dietas baseadas em carboidratos, o que resulta no consumo médio nacional de proteína de apenas 34,3% do nível exigido.

Independentemente do status econômico, o estudo também mostra que o acesso a alimentos não está necessariamente vinculado à renda, pois também mostra o consumo de alimentos da população em geral, mostrando que aqueles com as taxas mais altas estão pouco acima do padrão de 2.000 calorias. Isso mostra que uma distribuição equitativa de alimentos mal atenderia à linha de base de 2.000 calorias por pessoa por dia, o que destaca um crescimento generalizado e estrutural da pobreza e do acesso a alimentos em todo o país.

O estado nutricional de crianças menores de 5 anos também mostra alguns resultados preocupantes, principalmente quando comparados à região. 166.000 crianças qualificadas como desnutridas, de acordo com o indicador de peso de acordo com a idade. Os dados da Venezuela mostram uma comparação mais próxima com países da América Central do que com a região da América do Sul.

Os 8% de desnutrição infantil na Venezuela pioram os dados médios relatados na região. Mas os dados mais preocupantes mostrados na pesquisa destacam as 639.000 crianças que sofrem de desnutrição crônica, 30,3% que mostram uma diferença significativa entre os 1,8% do Chile em 2014, os 12,7% da Colômbia em 2016 e os 13,1% do Peru em 2016.

1.5. Migração e afetação do Recurso Humano

Para ENCOVI 2020, (2020) 19% dos domicílios venezuelanos informaram que pelo menos um de seus membros deixou o país entre 2014 e 2019. Isso está alinhado com um aumento no número de domicílios que relatam ter membros no exterior e no número de familiares dentro de uma família que emigrou. A pesquisa também mostra uma maior disparidade de gênero. As mulheres representavam a maioria dos migrantes até 2015.

Os últimos cinco anos reverteram esses diferenciais por sexo, ao passo em que os homens representavam a maioria na pesquisa ENCOVI de 2017. Já a pesquisa 2019-2020 mostrou que 54% dos migrantes são homens. Em termos de idade, a pesquisa deste ano mostrou uma queda nos migrantes venezuelanos entre 15 e 29 anos. Com 49%, eles continuam sendo o maior grupo de migrantes, mas essa é uma queda de 9% em relação a 2018. Em vez disso, os migrantes com idades entre 30 e 49 anos aumentaram de 2018 para 2019.

A maioria dos migrantes venezuelanos continua deixando de procurar emprego ou ter um emprego garantido, mas o percentual aumentou de 67% em 2017 para 82,8% em 2019-2020. Além disso, o segundo motivo mais comum para sair em 2017 foi “outro”. Em 2019-2020, o principal motivo foi o “reagrupamento familiar”. Além disso, 30% das famílias com membros no exterior relataram receber remessas – especialmente aquelas lideradas por mulheres que enfrentam a pobreza. Em 2019, mais venezuelanos com 60 anos ou mais foram os que receberam remessas.

Segundo o estudo, antes da pandemia, 4% dos migrantes recentes consideravam retornar. O número pode ser maior agora, mas a (ENCOVI 2020, 2020) prevê que a emigração desacelere, mas não pare após a pandemia, já que a maioria vai para o exterior porque não consegue encontrar emprego no país.

1.6. Migração e a formação de novas gerações

A (ENCOVI 2020, 2020) estima que 1,7 milhão de pessoas na faixa etária de 3 a 24 anos tenha deixado o país, o que reduz a pressão sobre a demanda por educação. A taxa de frequência de jovens adultos de 18 a 24 anos caiu para 25%, em comparação com 47% em 2014. Para adolescentes entre 12 e 17 anos, a taxa de frequência é de 85%. A taxa de participação dos jovens entre 18-24 anos tem diminuído constantemente desde 2016.

Cerca de metade da população mais vulnerável não consegue completar 12 anos de escola ou pós-graduação, o que ajudaria de alguma forma a reduzir os riscos de permanecer na pobreza. Além disso, a cobertura educacional caiu pela metade em relação a esse ano: era de 48% em 2018 (ENCOVI 2020, 2020).

A (ENCOVI 2020, 2020) estima que ainda existam 3.136.000 pessoas entre 18 e 24 anos de idade que residem no país, das quais apenas 775.000 frequentam a escola, contra 2.282.000 quem não frequentam. Dos 7,8 milhões de crianças no país, de 3 a 17 anos, 40% relatam dificuldades para frequentar a escola, por problemas de abastecimento de água (23%), apagões (17%), falta de comida em casa (16%), falta transporte (7%) ou falta de professores (18%).

Cerca da metade da população mais vulnerável não pode completar 12 anos de escola ou pós-graduação, o que ajudaria de alguma forma a reduzir os riscos de permanecer na pobreza. Há um grande retrocesso na educação da população entre 18 e 24 anos, o bloqueio do COVID-19 aprofundará as desigualdades e aqueles que não tiverem acesso a novas tecnologias ou não tiverem as condições adequadas para aprender em casa serão os mais atingidos. O diagnóstico apresentado pela pesquisa (ENCOVI 2020, 2020) é, obviamente desanimador, em função do que é possível aprender sobre o país por meio de estudos acadêmicos sobre o estado das instituições políticas e da economia.

De acordo com o estudo, o colapso da Venezuela fornece uma realidade sombria. A migração poderia ser explicada em função da incapacidade interna de produzir alimentos e serviços básicos, bem como o mal estado da indústria do petróleo, principal riqueza do país, que segue em crise ao ponto de não conseguir produzir a própria gasolina.

2. MIGRAÇÃO VENEZUELANA NUMA PERSPECTIVA TEÓRICA

O estudo contemporâneo sobre migração no âmbito geral e, particularmente internacional e a migração laboral, vem sendo realizado principalmente nas dimensões sociológica, demográfica, econômica, psicológica, jurídica e política. Segundo Gimenez (2003), um conjunto de trabalhos das escolas norte-americanas, francesas e britânicas ampliou as pesquisas no campo das migrações através de influentes estudos das ciências sociais e humanas, confirmando novamente a multidisciplinaridade e o dinamismo sociocultural que estão envolvidos nos movimentos e fluxos populacionais contemporâneos.

Uma das teorias que até a década de 1970 teve uma influência importante é a Teoria da Modernização, que se originou na escola de Chicago na década de 1940 (Lopez Lozaya, 2003, p. 26). A tese central dessa corrente procurou explicar a evolução da sociedade rural para a urbana, da sociedade agrícola tradicional para a industrial e moderna.

A migração é entendida como um fator importante do processo de modernização e melhoria das sociedades. Para Lopez Lozaya (2003, p.42) a intensificação dos fluxos populacionais para as cidades industrializadas e em expansão, foi um fator impulsionador do crescimento econômico e aumento da produção industrial urbana. Pode ser dito que é um aspecto positivo da migração, uma vez que ela é vista como um mecanismo de lucro, especialmente econômico, para as novas sociedades industriais.

Para Gimenez (2003, p.71) a visão econômica clássica dessa corrente não tem explicação para o fato de que algumas populações no mundo migram mais que outras, na realidade essa visão se inscreve no fluxo da cidade rural. Portanto, sua ênfase está nos estudos nacionais ou internos. E essa visão não explica as diferenças entre os tipos de migração e não possui uma visão social e psicológica do processo de migração.

Uma nova abordagem da teoria da modernização nasce com os estudos clássicos de Ravenstein (1976, p.66), agora numa linha de estudo em que os fatores econômicos são examinados no contexto de um mundo industrialmente desenvolvido. De acordo com essa perspectiva, pessoas de lugares menos desenvolvidos são encorajadas a migrar em decorrência das desigualdades existentes entre os locais de origem e destino.

É conhecido como o modelo push-pull, uma estrutura explicativa clássica que foi a guia de vários estudos até meados da década de 1970, com uma ampla perspectiva econômica que começa com o trabalho de Everett (1992, p. 55), quando ele nos explica, com base nesse modelo, que os migrantes passam de um outro lugar por três leis econômicas que promovem a migração:

a) A concentração de grandes centros industriais e comerciais atrai camponesas e mulheres das áreas rurais.

b) Os fluxos migratórios são orientados do rural para o urbano, a população urbana migra menos que a população rural.

c) Para Everett (1992, p. 56) existe uma relação econômica entre fluxos migratórios e avanços científicos em comunicações e transporte. A referência para esse modelo é a dinâmica em que algumas cidades exercem formas de expulsão e atração de trabalhadores.

Portanto, é uma posição eminentemente econômica-trabalhista. Suas contribuições mais valiosas são aquelas especializadas em entender a origem das migrações, bem como algumas explicações sobre migrações internacionais. Outra unidade de análise desses trabalhos é a família do imigrante, considerado empresário e agente de mudança, por exemplo o camponês era emancipado através de sua posição social como operário de fábrica (Everett, 1992, p. 62).

Essa estrutura explicativa do modelo de expulsão-atração será ampliada por Portes, et al. (1998) que analisaram outros fatores: as condições sociais e econômicas que propiciavam a saída de emigrantes, as origens das classes sociais em relação à migração e os fatores do contexto de acolhimento de imigrantes. Para Sassen (1993, p. 87), os principais fatores que determinaram a direção da emigração também fazem parte das teses desse modelo. O desenvolvimento de grandes cidades, onde o sistema econômico global é gerenciado, criou grandes núcleos de investimento estrangeiro e serviços financeiros que atraem imigração (Sassen, 1993).

- O aumento das exportações nos países pobres promove a produção para exportação, afetando o consumo e o comércio interno.
- A internacionalização da produção também promove a internacionalização da migração para grandes centros de produção e serviços.

Em geral, essa teoria diz que são as más condições econômicas, políticas e sociais de algumas sociedades comparadas às vantagens de melhoria da vida que outras oferecem, que favorecem a migração. A determinação de que aqueles que emigram são os indivíduos mais desfavorecidos nos países pobres, e que a única causa da migração é a desigualdade global e a pobreza seja talvez uma das teorias mais relativizadas em função da migração venezuelana caracterizada por ser pessoas de camada média e com bom nível de escolaridade (78% com nível médio completo e 32% com superior completo ou pós-graduação) como demonstra o estudo organizado por Simões et al (2017). Ainda assim, depois de várias críticas, esse modelo perdeu credibilidade no final dos anos 1970.

Não continuou vigente devido ao fato de que a migração entre países pobres e outros tipos de migração, como segunda residência, treinamento ou qualquer outro motivo para a migração, permanecem sem análise nesta teoria. A cadeia migratória e os aspectos sociais, culturais e individuais são outras perspectivas que não são explicadas por essa teoria.

Essas perspectivas começam a perder credibilidade quando um grupo de intelectuais, principalmente moradores do terceiro mundo, como Gunder (1974, p. 24) com seu trabalho intitulado "Desenvolvimento do subdesenvolvimento", faz uma crítica global ao desenvolvimento econômico e social do mundo. Todos eles criticaram as relações desiguais entre países de outras perspectivas. A partir daí nasce a teoria da dependência.

Para Baptista, et al. (2009, p. 43) na teoria da dependência a unidade de análise passa a ser o mundo, e reivindica, através de um modelo conceitual marxista já desenvolvido nas teorias norte-americanas, as relações estruturais da exploração como causa da migração. Sua visão global concentra seu olhar nos movimentos migratórios nacionais e locais, no entanto, eles buscam maneiras diferentes de interpretar o evolucionismo unidirecional (das áreas pobres às áreas ricas) dos modelos anteriores (Marini, 1991, p. 54).

Essa nova teoria apoia o mundo das relações sociais e econômicas globais em uma estrutura diferente das teorias da modernização e da expulsão por atração, que atribuíram o desenvolvimento das grandes sociedades industriais como algo interno, porém é apropriado para esse novo grupo de intelectuais entender o desenvolvimento de alguns lugares e o subdesenvolvimento como um processo interdependente, histórico e global.

Para Marini (1991, p. 41) trata-se de romper com uma visão endógena e etnocêntrica do desenvolvimento, dando lugar a uma visão mais universal: o sistema econômico e social do mundo. Dentro dessa visão global única, são explicados os processos de exploração em um sistema capitalista que potencializa as desigualdades econômicas e sociais, e seu impacto nos fluxos migratórios.

Castles, et al. (1973, p. 97), explicam as disparidades internacionais que promovem a emigração para a Europa. Essas teorias também começam a reverberar na América Latina e serão desenvolvidas a partir de estudos do sistema de relações internacionais denominado "centro-periferia" de Raúl Prebisch na obra "Capitalismo periférico: Crises e transformação de 1984.

Para Castles e Kosack (1983, p. 56) as sociedades do centro excluem outras através de processos econômicos e políticos que as tornam o polo do subdesenvolvimento. Esse modelo se tornará uma das posições mais aceitas atualmente no entendimento dos fatores econômicos que promovem a emigração. Foi desenvolvido como a principal referência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desde meados do século XX. Prebisch apoia sua análise numa crítica ao esquema liberal, segundo a qual todos os países se beneficiariam do comércio internacional se cada um se especializasse no melhor que sabe fazer (vantagens comparativas e competitivas).

Para isso, elabora uma análise complexa que distingue entre o centro, países industrialmente desenvolvidos e a periferia - os países subdesenvolvidos, embora se refira basicamente à América Latina. Wallerstein (1997, p. 125), contribui para essa corrente com uma nova variável: relaciona a globalização econômica, ou novo capitalismo, a processos migratórios. Nesses processos, eles justificam a migração como um fluxo de trabalho do centro para a periferia.

No que se refere a esse cenário preocupante, Vollset et al (2020, p. 93) prevê a necessidade dos governos de gerirem positivamente os fluxos migratórios massivos em função de declínios populacionais. Trata-se de uma abordagem sociodemográfica que contribui de maneira substancial às políticas migratórias, capaz de fundamentar a quebra de paradigmas e romper com a visão de que o suporte dado ao imigrante é só uma obrigação. Nessa perspectiva, a boa gestão do fenômeno migratório pode ser uma alternativa a solução de problemas demográficos relacionados a decrementos populacionais, que acabam por comprometer o desenvolvimento socioeconômico de países com alta taxa de envelhecimento.

Para Vollset et al (2020, p. 79), as previsões da população global para o ano 2100 apontam números inferiores às estimativas realizadas anteriormente. Os autores projetaram que a população global vai atingir o pico em 2064 em 9,73 bilhões (intervalo de incerteza de 95% 8.84–10.9) de pessoas e com declínio para 8,79 bilhões (6,81-11,8) em 2100.

O crescimento geral da população e subsequente declínio baseiam-se em estimativas de uma redução da taxa de fecundidade total (TFT), que vem sendo impulsionada principalmente pelo aumento da escolaridade e acesso à métodos contraceptivos. Enquanto isso, a migração está prevista para determinar a distribuição das populações humanas por país. Os autores são cautelosos ao prever o impacto da migração nas tendências populacionais devido à escassez de dados de boa qualidade, uma preocupação descrita no relatório de 2018 da Comissão UCL-Lancet sobre migração e saúde. Além disso, as causas de deslocamentos, como guerras, desastres naturais e mudanças climáticas, que provavelmente irão piorar com o tempo, são ainda menos previsíveis por causa da interação entre esses fatores e a falta de dados existentes sobre seus efeitos combinados no movimento populacional.

No entanto, essa nova análise ajustou resultados de pesquisas anteriores usando modelos de séries temporais com dados sociodemográficos, conflitos, desastres naturais e dados de crescimento como co-variáveis para melhor informar o impacto de migração em projeções. Uma descoberta importante a ser considerada no trabalho de Vollset et al (2020, p. 83) é a que tece consideração acerca da redução projetada na população em idade ativa para vários países como Espanha e Japão. A conseqüente escassez do capital humano e o acelerado processo de envelhecimento populacional pode levar ao declínio da expectativa de vida, bem como a comprometimento da qualidade de vida e agravamento da desigualdade.

É necessário gerir o potencial impacto catastrófico de um encolhimento da população em idade ativa. Frente a essa ameaça, os países têm várias opções. Como primeira opção, os países poderiam considerar incentivos para aumentar a TFT (Taxa de Fecundidade Total), antes de um declínio da população.

Até o momento, tentativas de diminuições reversas das taxas de fecundidade total alcançadas por ganhos na educação feminina e acesso à contracepção não funcionaram, com políticas pro-natalistas, muitas vezes tendo efeitos limitados e temporários. Segunda opção, os países poderiam considerar a explosão de novas tecnologias, incluindo inteligência artificial e robótica, como caminho para a autossuficiência no contexto de declínio do capital humano.

A automação, como na fabricação de automóveis, mostra que é inevitável uma robotização adicional de partes da economia, e, argumentar contra isso é fazer uso da teoria Malthusiana (RABELO e LIMA, 2019, p. 16). No entanto, a promessa de inteligência artificial e robótica, fornecendo a base social, econômica e psicológica para as sociedades humanas diante do colapso da população em idade ativa é amplamente especulativa. A acessível evidência sugere que essas mudanças teriam um impacto desproporcional sobre os trabalhadores mal remunerados (VALLE e MYRIAM, 2021, p. 58).

De acordo com Fassin (2014, p. 39) uma terceira opção leva a crer que para manter a coesão, os países podem escolher estabelecer vínculos estratégicos bilaterais de longo prazo com nações culturalmente similares. No entanto, essa escolha é improvável ser uma opção viável, dada a distribuição geográfica de países que precisariam de imigração e aqueles com o aumento da população em idade ativa: países subsaarianos.

Para OIM (2018) África e norte da África e Oriente Médio foram as únicas super-regiões previstas para ter populações mais altas em 2100 do que em 2017. A narrativa populista atual do valor da coesão étnica para justificar restrições de migração será desafiada pela deterioração dos padrões de vida.

Para Massey et al (1993, p. 82) países ricos como o Reino Unido e os Estados Unidos contrariam o impacto dessas mudanças através da migração líquida de adultos em idade ativa dos países com populações em crescimento. Explica (CABRAL, 2017, p. 94) que infelizmente, as ideias de governantes nacionalistas vão na contramão da promoção de políticas pro-migrantes. O aumento da hostilidade à migração torna essa opção improvável a curto prazo. A migração pode ser uma solução potencial para a escassez previsível de populações em idade ativa. Enquanto demógrafos continuam o debate, a longo prazo para que a migração seja o remédio frente ao declínio da TFT, é necessário repensar a política global. Maior multilateralismo e uma nova liderança global deve permitir que os países migrantes e os receptores sejam beneficiados, enquanto protegem os direitos dos indivíduos. As nações precisam cooperar, desenvolver estratégias, apoiar e financiar o desenvolvimento do capital humano qualificado em países que são uma fonte de migrantes. Uma mudança equitativa na política migratória internacional precisará da cooperação e proatividade de países ricos e pobres.

A cooperação global deve abordar as causas dos conflitos e crises ambientais que desafiarão qualquer tentativa em fazer a migração funcionar em prol da saúde e da prosperidade. Perda de vidas diretamente através de guerras, e indiretamente através da contração das economias, dificultará as tentativas de compartilhamento global da força de trabalho. Além disso, projeta-se que países com populações crescentes e com capacidade de trabalho podem ser limitados por fatores antropogênicos mudanças climáticas e desastres naturais (BRAVEBOY e JAQUELINE, 2003, p. 72).

Segundo Vollset et al (2020, p. 144), os indivíduos deveriam ter profundas preocupações com as questões demográficas futuras: haverá trabalhadores suficientes para pagar impostos suficientes para apoiar os benefícios previdenciários e de saúde para os aposentados? A mudança demográfica aumentará a segurança e a estabilidade global e nacional ou tornará as sociedades mais precárias? Se as previsões de Vollset et al (2020, p. 212) forem até a metade exatas, a migração se tornará uma necessidade para todas as nações e não uma opção. Os impactos positivos da migração para a saúde e as economias é conhecido globalmente. A escolha a ser enfrentada é em função da saúde e da riqueza, ao permitir o movimento planejado da população ou se acabasse com uma subclasse de mão-de-obra importada e sociedades instáveis.

O cenário atual cria muitos desafios, como é o caso das mudanças climáticas e uma maior migração global. A distribuição das populações em idade economicamente ativa será crucial para a prosperidade da humanidade. De um modo geral, a contribuição de Vollset et al (2020) para este estudo é importante e oportuna, pois conduz o pensamento à identificação da migração, das mudanças climáticas e do acesso universal à saúde como principais desafios que produzem evidências do importante papel exercido pela migração ao mundo contemporâneo.

A problemática não é nova. Vale lembrar que há 26 anos a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994, sob coordenação das Nações Unidas, discutiu uma variedade de questões demográficas, incluindo o tema da imigração, o que resultou num documento de orientação do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

No capítulo nove desse documento as diferentes delegações chegaram à conclusão de que, no início dos anos 90, aproximadamente, metade dos governos do mundo, principalmente os dos países em desenvolvimento, considerou os padrões de distribuição da população em seus territórios insatisfatórios e desejavam modificá-los (UNFPA, 1994).

Já para o ano de 1994 os delegados foram capazes de prever o acelerado processo de urbanização. Os centros urbanos devem abrigar mais da metade da população mundial em 2005. Conseqüentemente, a atenção foi dada principalmente à migração rural-urbana, embora as migrações rural-rural e urbana-urbana sejam de fato, as formas dominantes de mobilidade espacial em muitos países. Nessa conferência os delegados chegaram ao consenso em quatro pontos qualitativos e quantitativos de acordo com o comunicado oficial da CIPD (UNFPA 1994).

Outro aspecto importante é a educação universal, educação primária universal em todos os países até 2015. Instar os países a fornecer um acesso mais amplo às mulheres para o ensino médio e superior, além de treinamento vocacional e técnico (PARNAIBA, 2018, p. 33). Redução da mortalidade infantil: Os países devem se esforçar para reduzir as taxas de mortalidade de bebês e crianças abaixo de 5 anos em um terço ou em 50-70 mortes por 1.000 habitantes, até o ano 2000. Até 2015, todos os países devem procurar atingir uma taxa de mortalidade infantil abaixo de 35 por 1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade de menores de cinco anos abaixo de 45 por 1.000.

Redução da mortalidade materna o que implica, uma redução da metade dos níveis de 1990 até 2000 e metade até 2015. Disparidades na mortalidade materna nos países e entre regiões geográficas, os grupos socioeconômicos e étnicos devem ser reduzidos, assim com também acesso a serviços de saúde reprodutiva e sexual, incluindo aconselhamento sobre planejamento familiar, assistência pré-natal, parto seguro e assistência pós-natal, prevenção e tratamento adequado da infertilidade, prevenção do aborto e gerenciamento das consequências do aborto, tratamento de infecções do trato reprodutivo, doenças sexualmente transmissíveis e outras condições de saúde reprodutiva; e educação, recomendações sobre sexualidade humana, saúde reprodutiva e paternidade responsável. Serviços relacionados ao HIV / AIDS, câncer de mama, infertilidade e parto devem ser disponibilizados e a diminuição da mutilação genital feminina (UNFPA, 1994)

O processo de urbanização é uma dimensão intrínseca do desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, os países desenvolvidos e os em desenvolvimento estão passando pelo processo de mudança das sociedades predominantemente rurais para as predominantemente urbanas.

A migração costuma ser um esforço racional e dinâmico para buscar novas oportunidades na vida. Em concordância com Massey (1990, p. 104) na conferência foi debatido como as cidades são centros de crescimento econômico, impulsionando a inovação e as mudanças socioeconômicas.

No entanto, a migração também é motivada por fatores de pressão, como alocação desigual de recursos de desenvolvimento, adoção de tecnologias inadequadas e falta de acesso à terra disponível (RABELO e LIMA, 2019, p. 89).

Para UNFPA (1994) as conseqüências alarmantes da urbanização visíveis em muitos países estão relacionadas ao seu ritmo acelerado, ao qual os governos foram incapazes de responder com suas atuais capacidades e práticas de gestão. Mesmo nos países em desenvolvimento, no entanto, já existem sinais de um padrão de mudança na distribuição da população, no sentido de que a tendência à concentração em algumas grandes cidades está dando lugar a uma distribuição mais ampla nos centros urbanos de médio porte.

Martines e Diniz (2015) explicam que a globalização intensificou o desejo de aumentar o bem-estar e o consumo, mas o satisfaz numa parcela reduzida da população mundial, acentuando enormemente a desigualdade em diferentes níveis. Ondas de migrantes e refugiados forçados causam confusão nas fronteiras internacionais e desafiam os esforços humanitários tradicionais em nível global.

Esse movimento também é encontrado em alguns países desenvolvidos, com pessoas tendo preferência por morar em lugares menores. Segundo o Relatório da UNFPA (1994), as políticas efetivas de distribuição populacional são aquelas que, embora respeitem o direito dos indivíduos de viver e trabalhar na comunidade de sua escolha, levam em consideração os efeitos das estratégias de desenvolvimento na distribuição populacional. Martinez e Diniz (2015) reconhecem duas tendências negativas para a sustentabilidade: o aquecimento global e o consumo. Eles observaram que o aumento da renda na China e na Índia de fato contribuíram para o aumento dos preços das commodities e para os desafios ambientais.

A urbanização tem implicações profundas na subsistência, modo de vida e valores dos indivíduos. Ao mesmo tempo, a migração tem implicações econômicas, sociais e ambientais - positivas e negativas - para os locais de origem e destino. O relatório do UNFPA (1994) tem absoluta vigência a propósito da pandemia Corona Vírus 2019, fenômeno que prova que nem sempre a população mundial consegue viver com relativa normalidade. Martinez e Diniz (2015, p. 43) afirmam que o enorme crescimento econômico do século XX foi possibilitado por uma excepcional variedade de fatores favoráveis e chamam a atenção para a necessidade de se lançar um olhar cuidadoso sobre o fenômeno da migração.

Essa excepcionalidade é resumida como segue:

Disponibilidade de combustíveis fósseis a custos muito baixos;; Disponibilidade de vastos recursos naturais que antes haviam permanecido praticamente intocados (terra, água, florestas, biodiversidade etc.);; Grandes aumentos na população, juntamente com aumento da expectativa de vida e de vida saudável; ; Rápida concentração da população nas áreas urbanas, facilitando economias de escala que estimulavam o aumento da produtividade, bem como a extensão da educação, saúde, participação social e política e outros benefícios sociais; Estrutura etária mais favorável, com mais população nos grupos etários "produtores" (15 a 64 anos) do que "consumidores" (0 a 14 e 65 e mais anos); ; Melhorias no nível de educação e no capital

humano; Aumentos no estoque de capital fixo; ; Progresso técnico; aumentos na produtividade dos fatores de produção; e ; Condições ambientais favoráveis, incluindo relativa estabilidade climática (Martinez e Diniz, 2015, p. 69).

Ainda no relatório da ICPD (UNFPA, 1994) é possível observar como as relações econômicas, políticas e culturais internacionais desempenharam um papel importante no fluxo de pessoas entre os países, estivessem eles em desenvolvimento, desenvolvidos ou em economias de transição.

Nos seus diversos tipos, a migração internacional está ligada a essas inter-relações e afeta e é afetada pelo processo de desenvolvimento. Desequilíbrios econômicos internacionais, pobreza e degradação ambiental, combinados com a ausência de paz e segurança, violações dos direitos humanos e os diferentes graus de desenvolvimento de instituições judiciais e democráticas, são todos fatores que afetam a migração internacional (UNFPA, 1994)

Esse relatório, já no ano 1994, falava que embora a maioria dos fluxos de migração internacional ocorra entre países vizinhos, a migração inter-regional, particularmente a direcionada aos países desenvolvidos, vem crescendo. Estimou-se que o número de migrantes internacionais no mundo, incluindo refugiados, excederia 125 milhões, cerca de metade deles nos países em desenvolvimento, número que ao dia de hoje é muito modesto.

O número de migrantes internacionais alcançou 272 milhões de pessoas em 2019, um aumento de 51 milhões desde 2010. Atualmente, somam 3,5% da população global, comparado com 2,8% em 2000 (NAÇÕES UNIDAS, 2019). De acordo com o relatório, no início dos anos noventa, os principais países receptores no mundo desenvolvido registraram uma entrada líquida de migração de aproximadamente 1,4 milhão de pessoas anualmente, cerca de dois terços deles originários de países em desenvolvimento. A migração internacional pode ter impactos positivos tanto nas comunidades de origem quanto nas de destino, fornecendo remessas às primeiras e às últimas aos recursos humanos necessários. A migração internacional também tem o potencial de facilitar a transferência de habilidades e contribuir para o enriquecimento cultural (UNFPA, 1994).

No entanto, a migração internacional acarreta a perda de recursos humanos para muitos países de origem, com impactos negativos nos países mais pobres que estão a perder população para os países mais ricos e pode gerar tensões políticas, econômicas ou sociais nos países de destino. Para serem eficazes, as políticas internacionais de migração precisam levar em consideração as restrições econômicas do país receptor, o impacto da migração na sociedade anfitriã e seus efeitos nos países de origem (UNFPA, 1994). A capacidade de gerenciamento de longo prazo da migração internacional depende de tornar como opção permanecer no país mais viável. O crescimento econômico sustentável, com estratégias de equidade e desenvolvimento consistentes com esse objetivo, é um meio necessário para esse fim. Além disso, pode ser feito um uso mais efetivo da contribuição potencial que os nacionais expatriados podem fazer para o desenvolvimento econômico de seus países de origem.

2.1. Contexto histórico da Migração Venezuelana

Para Tomas, et al (2018, p. 46), existem quatro momentos marcantes no que se refere a Venezuela como país de origem de fluxos migratórios:

1.- O primeiro, na sexta-feira, 18 de fevereiro de 1983, conhecido como "sexta-feira negra ", o Bolívar sofreu uma brusca desvalorização em relação ao dólar, devido a políticas econômicas impostas pelo presidente Luis Herrera Campins (IZARD, 2012, p. 72).

2.- O segundo momento ocorre no ano de 1989 com “el Caracazo” , que ocorreu em 27 e 28 de fevereiro, no segundo período presidencial do ex-presidente Carlos Andrés Pérez, em reação ao programa de ajuste econômico (IZARD, 2012, p. 33).

3.- Um terceiro marco importante ocorre em 1994 com o chamado "Crash Financeiro", a intervenção e fechamento de alguns bancos durante o segundo governo de Rafael Caldera, que promoveu desconfiança em relação ao futuro da Venezuela e incentivou muitos venezuelanos para emigrar e proteger seus capitais ” (Castillo e Reguant, 2017, p. 141)

4.- O quarto momento começa com a chegada à presidência do tenente-coronel Chávez Frías (Castillo, et al., 2017, p. 49). Este último momento marca o início de vinte anos da revolução bolivariana, o que, em termos migratórios, gerará o maior êxodo em massa de população na história da Venezuela e formará uma das maiores, se não a maior crise de migrantes e refugiados na América Latina.

Este estudo pretende focar em alguns aspectos relacionados ao último momento histórico enumerado acima. É diante dos efeitos negativos dessa crise que o Brasil passa a ser uma alternativa desse fluxo migratório, cujos fatores são conhecidos, mas suas consequências e seus efeitos de curto, médio e longo prazo ainda são desconhecidos. Eles estão a depender dos arranjos institucionais capazes de proporcionar uma segurança cidadã aos refugiados e abrigados pelas redes de atenção aos venezuelanos.

Um dos estudos referentes à migração venezuelana e a política de acolhimento realizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP (Baeninger et al, 2018, p. 106) procurou entender a complexidade e heterogeneidade das migrações venezuelanas as quais denotam os desafios teórico-metodológicos para analisar as migrações no Sul global¹¹ e para a implementação de políticas migratórias de acolhimento.

Para Baeninger (2018, p. 16), no caso brasileiro, há a reconfiguração de espaços migratórios na fronteira Norte, em particular no estado de Roraima, e fora dela, expressando especificidades no contexto local. É necessário analisar a recente migração venezuelana ao Brasil à luz das teorias contemporâneas que explicam o fenômeno migratório. O patrimônio teórico desenvolvido no campo dos estudos migratórios permite entender fatores causais da migração venezuelana ao Brasil, no contexto cultural, histórico, político, social e econômico interconectado ao nível regional. Os laços que ligaram o que se conhece hoje como o Brasil e a Venezuela precedem os processos de colonização e continuam através de seus movimentos republicanos e de independência, sua conformação como estado-nação e suas lutas para consolidar-se como estados democráticos da lei. Hoje, esses países interagem em um sistema internacional, com grupos de trabalho sobre a situação venezuelana tais como o grupo de trabalho da Organização de Estados Americanos (OEA) (OAS, 2019).

¹¹ Para (BRAVEBOY e JAQUELINE, 2003) Sul global é um termo utilizado em estudos pós-coloniais e transnacionais que pode referir-se tanto ao terceiro mundo como ao conjunto de países em desenvolvimento. Também pode incluir as regiões mais pobres (em geral ao sul) de países ricos (do norte).

A interação ocorre com próprias características da geopolítica e economia de mercado no nível regional, num contexto de globalização mais amplo. Todos esses processos foram acompanhados por movimentos de pessoas, e eles adquiriram maior relevância no contexto atual. Apesar das tentativas de formular uma teoria geral da migração durante a primeira metade do século XX, os estudos migratórios foram caracterizados por ser um campo de estudo fragmentado. Simmons (2010) observou que essa fragmentação aconteceu porque as teorias da migração cobrem tipos específicos de migração, baseada em contextos sociais e históricos particulares e com diferentes níveis de análise (micro, meso e macro).

O campo dos estudos migratórios na Europa teve uma divisão heurística e dicotômica: entre o estudo de causas e efeitos, migrações internas e internacionais, voluntárias e forçadas, legais e ilegais, temporária e permanente (Herrera, G. , et al., 2017). Essa separação deixou de lado a multiplicidade de experiências de mobilidade populacional como seria o exemplo da venezuelana, pois estes são processos articulados continuamente no tempo e no espaço e eles exigem abordagens abrangentes.

Na América Latina, o campo dos estudos migratórios desenvolveu uma separação entre as abordagens histórico-estruturais e funcionalistas que prevaleciam entre 1960 e 1980 (Herrera, G. , et al., 2017, p. 222). No final dos anos 80 e durante os anos 90, estudos empíricos em diferentes processos migratórios, mostraram que cada teoria explica uma parte do processo de migração, especificamente aplicável em um espaço e tempo definido.

Algo que está diretamente ligado ao pós-modernismo e à revisão da epistemologia das ciências sociais como um todo, que questiona a universalidade das teorias. A realidade atual da migração venezuelana nos convida a dar uma olhada nas particularidades de cada processo migratório em relação ao contexto social, político e econômico de onde se originam, Haas (2012) explica que o pesquisador deve se apropriar do ponto de vista dos atores na experiência de migração.

Ao longo da pesquisa, é necessário fazer um esforço para combinar o extenso corpus teórico disponível que explica o processo migratório venezuelano recente ao Brasil, como fenômeno multifatorial e multidimensional. Cada uma das diferentes abordagens traz novos conhecimentos específicos, que juntos oferecem uma estrutura analítica abrangente. A Teoria do sistema mundial, teoria das redes, teoria institucional e teoria da causalidade cumulativa

sugerem que os fluxos migratórios adquirem uma média de estabilidade e estrutura no espaço - tempo, permitindo a identificação de sistemas de migração internacional estáveis (Massey, et al., 1993). Estes sistemas são caracterizados por trocas de bens, capitais e pessoas entre certos países e trocas menos intensas entre outros. Um sistema de migração Internacional geralmente inclui uma região central receptora, com um ou mais países emissores e um conjunto de países emissores específicos vinculados a essa região por fluxos incomumente grandes de imigrantes (ZLOTNIK, 2003, p. 69).

2.2. Contexto regional da recente imigração venezuelana

Desde uma perspectiva mais ampla, o aumento significativo da presença de cidadãos venezuelanos é uma tendência observada na maioria dos países da América Latina. Os últimos três anos foram um grande desafio para os estados da região e a comunidade internacional como um todo para gerir de maneira eficiente, segura e ordenada o êxodo repentino de Venezuelanos. De acordo com Fonseca (2019) os venezuelanos encabeçam a lista por nacionalidades de pedidos de refúgio, são a primeira nacionalidade seguidos por Haiti e Senegal.

Sobre dimensão do fluxo migratório é possível afirmar que:

[...] Nos últimos 20 anos, mais e mais migrantes chegaram de outras regiões da América Latina e do sul global para as cidades de nossa região, mesmo aqueles sem uma tradição migratória internacional como as cidades andinas, a taxas muito mais irregulares e lentas do que os fluxos de dinheiro, materiais e informações que circulam globalmente, os migrantes intra-regionais e transcontinentais estão mudando a cara das cidades latino-americanas, como migrantes internos nas décadas de 1950, 1960 e 1970 em todo o subcontinente. (Herrera, G. , et al., 2017, p. 29).

Os países que compartilham a fronteira terrestre com a Venezuela enfrentam sérias dificuldades na prestação de serviços sociais e de saúde devido à grande demanda de imigrantes venezuelanos, especialmente nas pequenas cidades como Cúcuta e Roraima, na Colômbia e Brasil, respectivamente. Países como Equador, Colômbia, Brasil, Chile e Panamá são os casos mais emblemáticos, onde governos ou algumas autoridades locais tomaram medidas para o enfrentamento da emergência na perspectiva de responder ao incremento desse fluxo migratório inesperado.

O fenômeno da imigração venezuelana em nível regional aponta para a hipótese da teoria dos sistemas, na qual os países emissores podem pertencer a mais de um sistema de migração e que cada processo migratório está particularmente relacionado ao contexto social, econômico e político, embora os primeiros fluxos de emigração da Venezuela tenham sido destinados a Estados Unidos, Itália, Espanha e Portugal, há intensificação da tendência de migração Sul-Sul (Herrera, G. ,et al., 2017, p. 92). A dimensão do fenômeno da recente migração venezuelana excedeu as previsões dos estados da região e suas estimativas ainda são imprecisas.

Uma das proposições centrais da teoria dos sistemas para explicar a migração é a dinâmica da mudança no sistema migratório, suscetível às mudanças nas condições econômicas e sociais. Esta proposição de alguns foi demonstrada parcialmente pela mudança abrupta no padrão migratório na Venezuela, de ser uma sociedade que recebe migrantes a tornar-se a maior emissora em nível regional, ditas perspectivas macroestruturais tentam entender as migrações de um contexto mais global.

Mabogunje (2010, p. 296) propõe uma abordagem sistêmica para as migrações que levam em conta o ambiente econômico, político, social e tecnológico. A proposta teórica de Mabogunje deu uma importância substancial à informação entre as comunidades de origem e destino, que despertou um interesse crescente no estudo de redes sociais e seu papel no processo de migração.

Simmons (2010, p. 147) construiu um modelo que vincula claramente o desenvolvimento dos padrões históricos da migração, sua importância social e econômica, com as várias fases no desenvolvimento do capitalismo e da globalização. Essas perspectivas servem para entender os padrões de migração vinculados a Venezuela, variando de um país destino a um emissor migrante.

Entre 1948-1958, a Venezuela experimentou um fluxo de migração extraordinário devido à política de portas abertas aplicada (Tomas, et al., 2018, p. 69). Essa política pode ser explicada pela necessidade de mão de obra do Estado venezuelano e por investidores estrangeiros instalados ali para promover a exploração de novos depósitos petrolíferos. Da mesma forma, é importante levar em consideração o contexto social, crise política e econômica que a Europa enfrentava na época como produto das guerras mundiais. "Nos anos 60, o censo mostra que cerca de 15% da população na Venezuela era imigrante, principalmente do sul da Europa e do leste Médio (Tomas, et al., 2018)

Tomas, et al., (2018, p. 85) explica que o influxo econômico na era dos petrodólares, com a nacionalização da indústria do petróleo em 1976 e sua expansão econômica, fez da Venezuela um destino ideal, uma promessa de prosperidade econômica na região. Rodrigues, (2006, p. 39) relembra que no final da década de 1980 eram os moradores da cidade de Boa Vista que cruzavam a fronteira com a Venezuela para lá adquirir bens, abastecer o carro e, eventualmente, seus estabelecimentos comerciais.

A chegada de Hugo Chávez à presidência em 1998 e as transformações sociais, políticas e econômicas que acompanhou seu projeto de governo, constituem elementos fundamentais para entender a articulação dos fatores de expulsão que motivaram a maior parte da recente emigração venezuelana e como eles moldaram o perfil socioeconômico de suas diferentes ondas.

O cenário econômico da Venezuela em 2001, Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2002) foi o seguinte:

A economia da Venezuela caminhava em 2001 em direção a um crescimento estimado de cerca do 3%. Diferentemente do ano anterior, esse resultado foi baseado no setor privado, uma vez que o setor petrolífero do estado está com problemas de produção, de acordo com as políticas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) diminuirá suprimentos para reduzir custos, desde o final de 2000. [...] o preço médio do combustível venezuelano perdeu um quinto de seu valor em relação com o ano precedente.

Essa perda afetou as contas externas, que mostraram déficit substancial, bem como a confiança em manter uma depreciação ilimitada do bolívar, pedra angular da política anti-inflacionária. Assim, em um clima de tensões políticas, existe uma saída volumosa de capital num curto prazo [...]. (CEPAL, 2017)

A nacionalização da indústria do petróleo e o deslocamento do setor privado num momento tão crítico, resultou numa perda significativa de capital. A oposição política e escalada de conflitos sociais, insegurança cidadã, a quebra das regras do Estado de direito e a queda nos preços de petróleo, juntamente com o impacto das sanções pelo governo dos Estados Unidos serviram de acelerador para o aprofundamento da crise econômica, político e social na Venezuela. Medidas de política econômica adotadas nos últimos quinze anos são essenciais para entender a recente migração de venezuelanos.

Para 2017, a CEPAL (2017) descreveu o cenário econômico na Venezuela:

A recessão na economia venezuelana continuou. Estima-se que a queda do PIB em 2016, pelo terceiro ano consecutivo de contração, foi de 9,4%. Além disso, persistem pressões inflacionárias: é também o terceiro ano consecutivo em que as taxas de inflação apresentavam números de três dígitos. [...] Para 2017, as projeções apontavam para uma contração adicional do PIB de 7,2% e uma nova aceleração da inflação (CEPAL, 2017).

Após quase dois séculos de ser um país receptor de imigrantes, com alguns períodos de emigração pontuais de venezuelanos motivada pelo exílio ou por outras razões, como já vimos, há um êxodo sem precedentes (Tomas, et al., 2018, p. 207). O efeito de não visualizar oportunidades de desenvolvimento individual e a insegurança pessoal tornaram-se as razões mais frequentes para a emigração venezuelana (Freitez, 2011, p. 197)

2.3. Análise da migração venezuelana ao Brasil e a Teoria dos sistemas

A proximidade geográfica, as mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram na Venezuela e no Brasil em paralelo, somadas a laços, redes históricas e valores existentes, bem como culturais, crenças e práticas religiosas entre outros, poderiam ser os pilares da atração que motivaram a mobilidade para a Brasil e seu estabelecimento como destino para parte da migração venezuelana.

A teoria dos sistemas propõe como a intensificação dos processos da migração internacional é fortemente influenciada por mudanças políticas mercados internacionais e a expansão da globalização, de economias e mercados através dos fluxos de capital e propriedade; inevitavelmente, isso é acompanhado pela acumulação de infraestruturas de transporte e comunicação. (Massey, et al., 1993, p. 48) explica que parece como se os fluxos internacionais de migração seguem os fluxos internacionais de capital.

Massey, et al., (1993, p. 39) acrescenta que ao incluir ao incluir indicadores como histórias coloniais e republicanas vinculadas, relações comerciais comuns e a frequência relativa de comunicações e viajar entre países, a validade da teoria dos sistemas mundiais é comprovada. O capital que não captou a Venezuela foi estratégico para o crescimento da economia Brasileira num contexto global de crise.

No caso da migração sul-sul, a teoria dos sistemas afirma que a migração Internacional é direcionada a certas "cidades globais" que canalizam e controlam investimento estrangeiro, cujas características estruturais funcionam como um fator de atração para migrantes (Massey, et al., 1993, p.87). Considerando os níveis de investimento estrangeiro direto recebido pelo Brasil durante os últimos quinze anos, São Paulo poderia ser considerada uma "cidade global".

Examinar a frequência dos movimentos em direção às "cidades globais" ajuda ao pesquisador a entender a dinâmica que deu origem aos processos de migração em termos de um sistema de múltiplos fluxos (pessoas, bens, serviços e ideias) entre origem e destino. De acordo com a leitura de Simões et al (2017, p. 48) o perfil socioeconômico dos migrantes venezuelanos tem momentos diferentes e está vinculado à história política, econômica e social da Venezuela. Esses momentos são comumente metaforizados em ondas, os quais têm uma dinâmica temporal e heterogênea o que constitui uma das características fundamentais da recente migração internacional venezuelana.

Essa heterogeneidade pode ser dada pelas desigualdades existentes na sociedade Venezuelana, aprofundada pela deterioração econômica e instabilidade política e social vivido desde meados dos anos 90. (Everett, 1992, p. 252) explica como o aumento da migração é impulsionado por disparidades econômicas e sociais crescentes entre os países. Everett (1992, p. 256) argumenta que a migração é o resultado da avaliação dos indivíduos sobre os fatores de atração no destino e fatores de expulsão na origem.

Um elemento fundamental que Everett (1992) apresenta em seu modelo é uma distinção interessante e necessária entre fatores reais de atração e expulsão e a percepção desses fatores na origem e destino ao tomar a decisão de emigrar.

A distinção de Everett (1992, p. 38) entre fatores reais de atração e expulsão e a percepção é algo que é encontrado durante conversas informais realizadas com os migrantes venezuelanos de entrada recente no Brasil. As primeiras ondas de migrantes venezuelanos tiveram um conhecimento da realidade brasileira e conexões com brasileiros que previamente viajavam como turistas a Margarita na Venezuela, relações que lhes permitia acessar ao mercado de trabalho e facilitou investimentos de capital econômico, apoiados em seu capital social.

No entanto, foi encontrado através do processo de conversas informais com a população migrante recente, que eles têm uma ideia inacabada ou imprecisa das condições econômicas e sociais, bem como o atual quadro regulatório migratório do Brasil. Assim, uma das fraquezas conceituais da teoria neoclássica da maximização de renda é considerar o mercado de trabalho como único e ideal.

Essa visão não é necessariamente verificável nas economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. No caso dos países em desenvolvimento, a noção de "enclave étnico" preconizada por Wilson e Portes (1980, p. 88) é especialmente importante nesse sentido. Wilson e Portes propõem que a criação de empresas ou negócios imigrantes atrai uma alta proporção de trabalhadores imigrantes que trabalham para seus nacionais.

Esta forma de incorporação no mercado de trabalho introduz a ideia de que os imigrantes podem ser incorporados em diferentes áreas da escala socioeconômica. Este modelo pode ajudar a entender como acontece parte da incorporação de migrantes venezuelanos em diferentes segmentos do mercado de trabalho brasileiro. Massey (1990, p. 96) explica com seu modelo cumulativo de causalidade que a migração é um processo seletivo que tende, em princípio, a atrair pessoas e famílias localizadas nos estratos de renda média e alta. Isso é consistente com a realidade observada nos padrões seguidos pela imigração venezuelana no Brasil. Porém, devido à formação de redes, à medida que custos e riscos caem, os fluxos aumentam e a migração tende a ser menos seletiva e mais representativa das desigualdades socioeconômicas nas sociedades de origem. Isso explica a diversificação dos perfis que podem ser vistos no processo de imigração venezuelana recente ao Brasil (Massey, 1990, p. 52).

As redes sociais constituem um sistema de relações que possui uma base associativa ou comunitária, baseada numa série de relacionamentos que conectam migrantes e não migrantes na origem e destino (Cassarino, 2013, p. 19). As redes são uma forma de capital social que a população imigrante usa para acessar ao emprego, adaptar-se a uma nova cultura, obter informações para adquirir documentação e evitar mecanismos de controle migratório se o status for irregular no destino. Segundo a teoria, as redes são mais importantes na medida em que existem mais obstáculos à mobilidade.

Por seu lado, a teoria institucional argumenta que as disparidades entre oferta e demanda de mecanismos de permanência, cria nas sociedades receptoras um nicho para prestação de serviços por parte da população imigrante, especialmente aqueles que estão em situação de vulnerabilidade. O estabelecimento e crescimento de instituições ligadas à população imigrante constitui outra forma de rede social que persiste com o tempo e o volume de movimentos populacionais internacionais aumenta, esse tipo de redes são o objeto de estudo desta pesquisa.

No Brasil, entre 2015 e 2020 aumentou a presença de organizações da sociedade civil e a participação das agências da ONU em conjunto com as estruturas governamentais já existentes como parte de um processo natural de integração entre as entidades que prestam serviços em favor da população imigrante.

Essas organizações surgiram como um mecanismo de articulação e apoio, especialmente para a mais recente imigração venezuelana e em resposta associativa para combater as vulnerabilidades dessa comunidade, alcançando aumentar seu capital social para acessar serviços e emprego. As organizações são um espaço dinâmico em que os migrantes podem ver seus interesses sendo defendidos, já que oferecem serviços sociais, assessoria jurídica e proteção contra o risco de deportação. Diferentemente das abordagens baseadas em processos de decisão individual, a teoria institucional sugere que "como organizações são desenvolvidos para apoiar, sustentar e promover o movimento internacional, o fluxo internacional de migrantes se torna cada vez mais institucionalizado e independente dos fatores que originalmente o causaram (Massey, et al., 1993, p. 88)

Essas organizações surgiram como um mecanismo de articulação e apoio, especialmente para a mais recente imigração venezuelana e em resposta associativa para combater as vulnerabilidades dessa comunidade, alcançando aumentar seu capital social para acessar serviços e emprego. As organizações são um espaço dinâmico em que os migrantes podem ver seus interesses sendo defendidos, já que oferecem serviços sociais, assessoria jurídica e proteção contra o risco de deportação. Diferentemente das abordagens baseadas em processos de decisão individual, a teoria institucional sugere que "como organizações são desenvolvidos para apoiar, sustentar e promover o movimento internacional, o fluxo internacional de migrantes se torna cada vez mais institucionalizado e independente dos fatores que originalmente o causaram (MASSEY, ARANGO e HUGO, 1993, p. 72)

3. DO POSTO DE INTERIORIZAÇÃO E TRIAGEM

O primeiro Posto de Interiorização e Triagem - PITRIG, foi construído num terreno da prefeitura na avenida Torquato Tapajós, que tem uma área de 7.216,77 m², coordenadas: latitude: -3,0644965; longitude: -60,0258466. Como pode ser observado na figura seguinte, a identificação da população migrante é prioridade, assim que começa o atendimento recebem um bracelete que marca o início de uma fase que se conhece como pré-documentação. Neste momento as OSCs iniciam uma atividade que parece simples, mas que ajuda muito na instrução dos processos por parte da Polícia Federal, que é colocar em ordem a documentação e verificar se falta um dos requisitos mínimos para o tramite do refúgio. Atualmente o posto de interiorização e triagem fica na Av. Mário Ypiranga, 3280 - Parque Dez de Novembro, Manaus - AM, 69050-030.

Figura 1 - Totem na Sede Operação Acolhida



Fonte: Compilação do Autor

Sua criação deriva de dispositivos legais como a declaração firmada na 50ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, ocorrida em Mendoza, Argentina, em 21 de julho de 2017, que reconheceu a ruptura na ordem democrática da Venezuela, em função disso o governo brasileiro se pronunciou internamente através do decreto Nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018 e reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela

Através do decreto 9.286 de 15 de fevereiro 2018, foi definida a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

No artigo 8 do decreto 9.286 pode se observar que as competências do comitê são as seguintes:

- I - Articular ações, projetos e atividades desenvolvidas com apoio dos Governos federal, estadual, distrital e municipal no âmbito da assistência emergencial;
- II - Estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do Governo Federal para a implementação da assistência emergencial;
- III - Indicar um coordenador operacional, que atuará no local em que for reconhecida a crise humanitária;
- IV - Supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem na execução das medidas que definir;
- V - Propor, aos órgãos competentes, medidas para assegurar os recursos necessários à implementação das ações, dos projetos e das atividades da assistência emergencial;
- VI - Firmar parcerias com órgãos de outros Ministérios, dos Poderes Legislativo e Judiciário, de outros entes federativos, da sociedade civil, do setor privado, de especialistas e de organismos internacionais;
- VII - Acompanhar e avaliar a execução da assistência emergencial e adotar medidas para a mitigação de riscos; e
- VIII - Elaborar relatório trimestral de suas atividades, com a avaliação da execução e dos resultados das políticas (BRASIL, 2018).

Em 15 de fevereiro, o governo brasileiro adotou a medida provisória, com força de lei 820, a qual dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (BRASIL, 2018). No artigo 4 da medida provisória, foram estabelecidas as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária que visam a ampliação das políticas de:

- I - Proteção social;
- II - Atenção à saúde;
- III - Oferta de atividades educacionais;
- IV - Formação e qualificação profissional;
- V - Garantia dos direitos humanos;
- VI - Proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades tradicionais atingidas;
- VII - Oferta de infraestrutura e saneamento;
- VIII - segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;
- IX - Logística e distribuição de insumos; e
- X - Mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização das pessoas mencionadas no caput .

A medida provisória 826 foi convertida na Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018. Nesta lei, no artigo 4º, está definido que:

As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária têm o objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos (BRASIL, 2018).

Cabe destacar as palavras, do artigo ut supra: “articular ações integradas” já que se passaram mais de três anos desde a promulgação da legislação que regula o atendimento integral dos imigrantes venezuelanos, cabe um análise sobre a atuação das entidades participantes na dinâmica de acolhida e interiorização do imigrante, por isso delimitou-se esta pesquisa à atuação do terceiro setor no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG) da cidade de Manaus do estado Amazonas.

Claro que, quando o executivo legislou, se limitou ao âmbito dentro de seu campo de atuação: federal, estadual e municipal (ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais) já que não poderia se impor em relação às agências da Organização das Nações Unidas (ONU) ou às diferentes organizações da sociedade civil (OSCs). Ainda assim, tanto OSCs como agências da ONU começaram a trabalhar junto com o governo brasileiro fazendo dessa “articulação” um universo mais complexo.

Posteriormente, para o dia 14 de agosto de 2019, o decreto Nº 9.286 foi derogado pelo decreto Nº 9.970, que dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial que cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. No artigo 6 do decreto cria-se os subcomitês federais de:

- I - Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes;
- II - Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade;
- III - Subcomitê Federal para Interiorização

O posto de Interiorização e Triagem – PITRIG, passa a ser o local que concentra, a visão do governo, de como devem ser atendidos, os imigrantes provenientes da Venezuela. O espaço foi criado com apoio do governo do Japão por meio de uma contribuição de US\$ 3,4 milhões realizada no ano 2017 em parceria com autoridades estaduais e municipais, agências da ONU e Organizações da Sociedade Civil, organizações não-governamentais (ACNUR, 2021). O PITRIG oferece serviços de saúde e assistência social para os imigrantes que chegam à cidade de Manaus.

Figura 2 - Sala de Espera [PITRIG 2]



Fonte: Compilação do Autor

Vale lembrar que o PITRIG é um dos locais estratégicos no desenvolvimento de uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal. com o apoio de agências da ONU.

Para (GOV.BR, s.d)

[...] mais de 100 entidades da sociedade civil, a Operação oferece assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. Desde o início da crise migratória, até janeiro de 2020, estima-se que mais de 264 mil migrantes e refugiados venezuelanos entraram e permaneceram no Brasil.

Dentro do PITRIG a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) emitiu mais de 2 mil cartões do SUS, que permitem o acesso aos serviços públicos de saúde. Também foram aplicadas aproximadamente 4 mil vacinas contra febre amarela, hepatite B, sarampo e poliomielite (ACNUR, 2018) As Secretarias de Estado de Assistência Social do Amazonas (SEAS), e de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), em parceria com a Secretaria da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), promovem ações com informações e acesso a serviços de assistência social, através de encaminhamentos para diversos serviços de apoio do poder público. As defensorias Pública Estadual (DPE-AM), e da União (DPU-AM), também estão no local realizando atendimentos relacionados a direitos no Brasil.

Figura 3 - Imagem de Satélite do primeiro PITRIG



Fonte: Google Earth

Como pode ser observado na figura 3, vinte e quatro tendas de lona foram colocadas para albergar os escritórios ao serviço da operação acolhida dentro do PITRIG. Em função disso as OSCs podiam fazer encaminhamentos dentro do mesmo local, de mão dada com o imigrante, as defensorias públicas (Estadual e da União) recebiam as demandas, e os colaboradores das OSCs que fizeram o primeiro contato serviam de interlocutores.

Uma das ações mais importantes adotadas no PITRIG é a interiorização. Isto ocorre com auxílio da Organização Internacional para Migrações (OIM) que permite aos venezuelanos que estão em Manaus trasladar-se a outras cidades do Brasil em busca de novas oportunidades, geralmente, imigrantes que estão nos abrigos, em situação de rua ou mesmo vivendo em moradias alugadas em bairros de Manaus (OIM, 2019).

São priorizados aqueles que já conseguiram emprego ou possuem família ou amigos em outros municípios brasileiros, mas não têm meios para viajar. A Organização Internacional para as Migrações OIM participa do processo desde o primeiro cadastro, confere e ajuda o refugiado migrante a conseguir todos os documentos, vacinas, transferência escolar para as crianças, avaliação de saúde e, quando tudo está pronto, faz a compra das passagens aéreas para o novo destino. Em alguns casos, o viajante também recebe apoio terrestre (OIM, 2019). A possibilidade da interiorização é um dos aspectos mais importantes da Operação Acolhida.

Para (OIM, 2019) existem duas modalidades nas quais o imigrante pode-se cadastrar: reunificação social, se tiver um amigo em outra cidade; reunificação familiar, se tiver parentes em outra cidade; ou vaga de trabalho, se tiver um emprego garantido em outra cidade. Uma vez checados os documentos, as condições do receptor, e o estado de saúde do viajante, parte-se para a compra das passagens até o destino acordado. Se houver necessidade, a pessoa refugiada ou migrante pode ainda ficar abrigada por alguns dias no Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM) até a data do embarque (OIM, 2019).

De acordo com (GOV.BR, s.d), a principal estrutura interna do local está composta da seguinte maneira:

POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

- Recepção e orientação aos imigrantes venezuelanos
- Identificação e controle de entrada
- Imunização
- Defensoria Pública

POSTO DE TRIAGEM

- Cadastro e regularização migratória
- Emissão de CPF e carteira de trabalho
- Atendimento Social
- Proteção e Defesa de Direitos

POSTO DE ATENDIMENTO AVANÇADO

- Atenção médica de emergência e casos de isolamento

4. OSCs E ACOLHIMENTO NO PITRIG

O terceiro setor representado pelas organizações da sociedade civil OSCs, busca responder às necessidades sociais e contribuir para a melhoria do padrão de vida dos cidadãos em geral. - Para Cabral (2017) há dentro das esferas de atenção ao imigrante um subsetor chamado "terceiro setor social", que mantém as mesmas características, mas cuja ação "é especificamente orientada para grupos vulneráveis (em risco de exclusão) excluídos do social e que, se engaja na intervenção social com eles.

É importante contextualizar a atuação das organizações do terceiro setor relacionadas à questão migratória na cidade de Manaus e ao processo de interiorização. Em primeiro lugar, a realidade migratória observada no PITRIG permite afirmar que este fenômeno está se tornando cada vez mais complexo, já que a cidade de Manaus se tornou um local de trânsito e destino de fluxos migratórios globalizados de longas trajetórias, e não só de venezuelanos mas também de outras nacionalidades como cubanos e haitianos.

Sobre as estratégias necessárias para o processo de interiorização podemos afirmar que:

O processo de interiorização requer estratégias de integração local para refugiados e imigrantes, devendo contar com a articulação do poder público em nível federal, estadual e municipal, além da parceria com empregadores, sindicatos, ONGs e sociedade civil. Contudo, dificilmente existe um diálogo construtivo entre as ações nacionais e locais (TORRES, 2019, p. 277).

Neste aspecto, considera-se relevante a atuação das OSCs para o contexto migratório e, em particular, para a luta pelos Direitos Humanos e pela dignidade dos migrantes, deslocados e refugiados. O PITRIG é o local estratégico que concentra organizações do terceiro setor, apresenta outra faceta interessante da realidade migratória. Estas OSCs não têm a hegemonia do discurso sobre as migrações que têm sim, a chamada comunidade internacional, autoridades nacionais ou regionais, por exemplo, as Nações Unidas e a mídia que domina os cenários onde a questão da migração é discutida. As organizações do terceiro setor tomam suas próprias iniciativas em prol dos imigrantes, afastando-se tanto da estigmatização quanto da vitimização, tanto da espetacularização quanto da banalização.

Para as OSCs a palavra que importa é a da pessoa deslocada, migrante e refugiado; foca em seus sofrimentos e também em seus pontos fortes e esperanças. Expressa um compromisso inegável com a defesa de seus direitos humanos; no entanto, sempre reúne e desafia todos os atores envolvidos a buscar em conjunto soluções e fornecer respostas reais e satisfatórias.

Lamentavelmente levou três anos para que a região reconhecesse a realidade do deslocamento venezuelano. A contribuição das organizações do terceiro setor em termos de produção de conhecimento e defesa foi fundamental para o reconhecimento legal dessas vítimas e para sua atenção como tal. No Brasil, a contribuição de grupos de cidadãos, organizações de direitos humanos e movimentos sociais foi fundamental para incentivar a promulgação da lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração) que defende os princípios da cidadania universal, esses princípios foram acompanhados de uma política pública que busca criar uma agenda de mobilidade humana que efetive o gozo dos Direitos Humanos e a participação dos migrantes no país.

Existe uma estrutura de serviços preexistente ao fluxo migratório, que não está destinada ao atendimento de imigrantes numa escala complexa como a que o fluxo migratório massivo exige¹², por isso é necessário que as OSCs (terceiro setor) atuem no auxílio dos órgãos do governo (primeiro setor), com recursos humanos e financeiros próprios que reforçam as ações humanitárias do governo, servindo como interlocutores entre imigrantes e funcionários públicos.

Essa função de interlocutor por parte dos colaboradores das OSCs é muito importante, já que conseguem manter informados os imigrantes sobre processos administrativos que estejam sendo realizados. É necessário lembrar que parte dessa população vem muito fragilizada, não é suficiente com repassar informação e formas de fazer os “trâmites” muitas vezes as OSCs oferecem a logística de maneira integral, transporte, alimentação, cópias, alojamento, entre outros.

¹² O pesquisador define o fluxo migratório massivo como o traslado de uma quantidade de pessoas de um país a outro em número capaz de extrapolar os processos existentes de acolhida de estrangeiros, sendo que essa migração em massa derive de uma crise humanitária ou não.

Na figura 4 pode ser observado como as instalações das Aldeias Infantis SOS, serviram como local para armazenamento de estoque de doações do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF

Figura 4 - Doações Recebidas



Fonte: Compilação do Autor

O atendimento das pessoas em condição de refúgio também é um direito, uma necessidade que deve ser contemplada em termos públicos. A rede de acolhimento no seu compromisso com a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade social, orienta as suas ações para facilitar tanto o seu acolhimento como a sua assistência social, jurídica e sanitária, e assegurar processos individuais que garantam os direitos dos migrantes que estão em situação de emergência, os serviços humanitários podem amenizar as condições precárias de vida a que estes sujeitos estão expostos.

Com o surgimento do COVID-19, o terceiro setor colabora com as autoridades, nos espaços confinados com higiene e proteção, realizando palestras informativas sobre medidas de prevenção e sobre a situação da pandemia no Brasil. É necessário fazer um levantamento que permita entender a dinâmica com a qual essas diferentes instituições conseguem prestar seus diversos serviços.

O pesquisador observou que as OSCs reproduzem o conteúdo da legislação, articulando-se de tal maneira que o serviço prestado por uma, reforça os serviços prestados por outra OSC ou por uma entidade governamental, a articulação ocorre em cinco âmbitos de atuação no atendimento do fluxo migratório massivo de venezuelanos: identidade, educação, empregabilidade, saúde e alimentação. As articulações, em cada uma destas esferas, concentram os esforços das OSCs, estes âmbitos guardam estreita relação com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, as OSCs recebem financiamento por parte de agências internacionais, sempre e quando os objetivos e atividades desenvolvidas sejam em função de cumprir com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Na agenda até o ano 2030, a Organização das Nações Unidas articulou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 marcos essenciais a serem alcançados e uma série de indicadores e mecanismos de monitoramento (UNPD, s.d). Compromissos de todos os países, mas também de todas as empresas, instituições, entidades, coletivos e individuais. Nessa perspectiva, a partir da instituição desses marcos regulatórios, o Terceiro Setor Social e suas entidades assumem um papel relevante e ativo na obtenção dos ODS que exercem diferentes funções: como agentes transformadores de primeira linha, como catalisadores para a participação e conscientização da sociedade, e como motores de novos projetos e propostas inovadoras.

As entidades do Terceiro Setor Social desenvolvem, de forma central e prioritária, programas e projetos com grande impacto nas metas dos ODS. Programas focados no combate às desigualdades, trabalhando com grupos vulneráveis, redução da pobreza ou igualdade de gênero. São o coração e o motor de soluções concretas para cada território, com constantes inovações em programas assistenciais às pessoas, com muita experiência e estratégia acumulada para tecer alianças essenciais entre as esferas pública, público-privada e cidadania.

São um dos principais canais de comunicação da Agenda 2030 com os imigrantes graças ao vínculo próximo que mantêm. Um canal que cumpre o papel de conscientizar sobre o grande desafio coletivo dos ODS, mas que vai além, e que concentra esforços em transformar essa consciência em empoderamento.

A agenda 2030 é uma oportunidade para analisar as desigualdades no desenvolvimento, corrigir as práticas excludentes e resolver o compartilhamento injusto que dificulta o progresso. A agenda deve ser utilizada como uma oportunidade para dismantelar a construção social da desigualdade enfrentada pelo imigrante em trânsito.

Com uma gama de oportunidades em favor dos direitos das crianças e o papel da juventude como cidadania comprometida e ativa, os ODSs criam também a oportunidade de valorizar o potencial transformador da educação, centrados em valores, do serviço aos outros, motivando, incentivando e capacitando as pessoas a agir em direção a um mundo melhor. As organizações do terceiro setor olham a agenda como uma oportunidade única para a equidade.

As organizações do terceiro setor no âmbito do fenômeno migratório trabalham principalmente com estabelecimentos públicos destinados ao alojamento, manutenção e assistência psicossocial de urgência e primária, bem como outros serviços sociais destinados a facilitar a convivência e integração dos venezuelanos que solicitam refúgio no Brasil e carecem de meios financeiros para atender às suas necessidades e às de sua família.

Serviços e benefícios que oferecem as OSCs que trabalham no PITRIG:

- Alojamento e manutenção temporária.
- Informações e conselhos sobre a situação migratória.
- Orientação para a incorporação ao sistema educacional, de saúde e social.
- Atenção psicológica.
- Assistência social especializada e gestão de ajuda financeira complementar.
- Desenvolvimento de cursos para aprendizagem da língua portuguesa e habilidades sociais básicas.
- Orientação e intermediação para formação profissional e colocação profissional.
- Atividades ocupacionais, de lazer e tempos livres.
- Atividades de sensibilização e divulgação dirigida à sociedade de acolhimento.

Sobre as diferentes atividades pelas organizações pelas organizações da sociedade civil é possível afirmar que:

Não se trata de forma alguma de royalties ou de assistência, trata-se de proporcionar oportunidades para o migrante com suas próprias ferramentas e outros aprendidos, também com responsabilidade própria, percorrer seu caminho de desenvolvimento pessoal e realização de um projeto de vida. Para isso, o acesso ao trabalho decente é uma das ferramentas fundamentais para o alcance desses objetivos (RODRIGUES, 2006).

4.1. ADRA

Uma das OSCs que realiza este tipo de atividades é ADRA. Trata-se de uma Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Está presente em mais de 130 países. No Brasil, está organizada em 13 regiões que abrangem 15 estados (ADRA, 2021). Além de atender emergências, também têm projetos contínuos de desenvolvimento humano dentro de 9 grandes áreas: água, saneamento e higiene, resposta e gestão de emergências, promoção da ação judicial saúde comunitária nutrição e redução da fome garantia de direitos e igualdades entre sexos, crianças em situação de vulnerabilidade, geração de emprego e renda, valorização da mulher. Com o contato inicial entre os colaboradores da ADRA e os imigrantes, é possível identificar alguma outra demanda em favor do imigrante. Uma das coisas importantes no processo de triagem e acolhimento é a possibilidade de identificar e encaminhar demandas dessa população migrante, se bem é certo que poucos órgãos da administração pública encarregados da atenção primária, estão dentro do PITRIG, as OSCs conseguem aproximar o usuário a estas instituições para que a demanda receba resposta.

Figura 5 - Bracelete de Refugiado



Fonte: Compilação do Autor

Em resposta à situação migratória dos venezuelanos a ADRA criou, por meio de seu Núcleo de Desenvolvimento, o projeto CARE (Centro de Apoio e Referência a Refugiados e Migrantes). Em dezembro de 2018 o local foi inaugurado e passou a atender os refugiados que chegam sem documentos e sem contato com seus familiares. Eles recebem apoio psicológico, orientação jurídica, ajuda para fazer o currículo em português, ligação para 22 países, internet gratuita, atendimento de assistente social, cadastro no Sistema Nacional de Emprego (SINE), encaminhamentos para os serviços da Prefeitura e do Estado, participam de cursos gratuitos de empreendedorismo, de artesanato, dentre outros serviços. O principal objetivo é acolher, acompanhar, orientar social e juridicamente e integrar os migrantes e refugiados que chegam ao município de Manaus.

ADRA no Amazonas atua em diversas frentes de trabalho por meio de diferentes projetos. Atua na parte médica com barcos Luzeiro, que navegam pelos rios da Amazônia levando médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais de saúde para comunidades ribeirinhas. Tem também um projeto educacional, que é uma escola que funciona no coração da selva amazônica, levando educação de qualidade e gratuita para mais de 60 crianças. A Escola Técnica Adventista do Massauari – ETAM – funciona graças a voluntários e professores que tem dedicado suas vidas a servir aos ribeirinhos da região do Rio Massauari. Também, por meio de parceria com a ONU, já na cidade de Manaus o maior grupo de colaboradores está focado no atendimento dos refugiados que tem chegado ao Brasil, principalmente vindos da Venezuela.

O Centro de Apoio e Referência a Refugiados e Migrantes (CARE), tem atendido centenas de pessoas todos os meses por meio de diversos serviços que visam ajudar essas pessoas a terem uma nova vida no Brasil (ADRA, 2021).

O CARE, vem prestando ajuda a milhares de migrantes venezuelanos que cruzaram a fronteira oriental do Brasil para escapar da instabilidade econômica e política em seu país de origem. O projeto representa ajuda de mais de US\$ 2,5 milhões, a maior que a agência adventista já administrou no país, disseram autoridades da ADRA Brasil.

De acordo com estatísticas recentes do governo, há mais de 1,1 milhão de venezuelanos que emigraram recentemente para o Brasil a partir de seu país, agora constituindo até 30% da população, a maioria estacionada nas regiões fronteiriças à Venezuela. Cerca de 23% desses migrantes se estabeleceram na capital Bogotá e 41% vivem em condições irregulares ou instáveis (ADRA, 2021).

ADRA realiza um trabalho importante já que muitos dos imigrantes chegam ao país sem documentação adequada, não podem, por isso, ter acesso ao atendimento médico no Brasil por um período de tempo prolongado, por tal motivo ADRA oferece assistência médica gratuita a milhares de venezuelanos que o precisam (ADRA, 2021).

Até agora, a equipe da ADRA Brasil e outros voluntários realizaram consultas médicas em comunidades migrantes sediadas na cidade de Pacaraima, localizada na fronteira com Venezuela (ADRA, 2021). Essas consultas incluem check-ups médicos gratuitos, exames laboratoriais, se necessário, além de medicamentos fornecidos às famílias.

ADRA trabalha em coordenação com funcionários do governo local e municipal para, desde o PITRIG encaminhar migrantes venezuelanos que precisam de serviços médicos, como muitos venezuelanos vão às igrejas adventistas para obter assistência, ADRA facilita o processo de registro em centros comunitários ou igrejas adventistas próximas para exames médicos gratuitos.

A ADRA Brasil, por meio de doadores, fornece itens básicos de higiene, utensílios de cozinha e utensílios domésticos, de fato, há uma grande necessidade de itens básicos e de higiene para migrantes em condição de rua. A rua é um local no qual os imigrantes também são abordados pelas OSCs.

4.2. Instituto MANA

O Instituto Mana está localizado na cidade de Manaus na Avenida Ephigênio Salles, 1299 – Aleixo Manaus/AM, sobre o origem do Instituto Mana pode ser dito que:

Surgiu da união de forças de três amigas, operadoras do Direito e naturais de Manaus, que compartilhavam o interesse de contribuir para a emancipação feminina e lutar pelo fim da violência de gênero contra a mulher, seja em virtude da sua orientação sexual, identidade de gênero ou apenas pelo fato de ser mulher. Para atingir este fim, o Instituto Mana estruturou-se em três linhas de ação: Empoderamento feminino: projetos focados em promover a conscientização, fortalecimento e autonomia feminina através da disseminação das ideias feministas e de informações sobre os direitos das mulheres. Educação para a tolerância: realização de projetos educacionais e culturais para conscientização da sociedade e de agentes públicos para tolerância e respeito dos direitos das mulheres e para as questões de gênero e sexualidade (INSTITUTO MANA, s.d).

O instituto Mana trabalha no PITRIG com os imigrantes oferecendo os seguintes serviços:

- Estabelecer relações com: a Rede local de Proteção e acesso de serviços básicos, autoridades nacionais e sociedade civil e outros atores.
- Garante a comunicação intercultural entre os profissionais da saúde e da comunidade Warao¹³
- Para casos de alto risco, realiza oficinas de comunicação e atendimento individualizado, oferecendo um espaço seguro de diálogo.
- Colabora na elaboração de materiais informativos e orienta aos imigrantes sobre órgãos e serviços públicos adequados.
- De acordo com cada demanda; planeja, realiza, acompanha e monitora atividades comunitárias,
- Contribui com atividades de proteção baseada na comunidade imigrante e elabora relatórios.

O Instituto Mana contribui com a redução do risco de violência, através da implementação de medidas como fornecer apoio financeiro e material a mulheres e famílias por meio de transferências de dinheiro, empréstimos, redes de segurança social e outras modalidades, promovendo a transmissão de mensagens positivas sobre igualdade de gênero e masculinidade saudável por meio de anúncios de serviços públicos, ensino a distância e acesso a serviços de saúde mental, ao mesmo tempo em que incentivam comportamentos pró-sociais e equitativos. Incorpore as principais partes interessadas na programação, incluindo mulheres e meninas, homens e meninos e líderes religiosos.

O Instituto Mana não prioriza a coleta de dados em fatos de violência que prejudique a segurança, privacidade e confidencialidade de mulheres e meninas ou pessoa pertencente da comunidade LGBTQIA+, ou quando não podem ser feitos encaminhamentos para serviços de apoio.

¹³ Os Waraos são uma comunidade indígena venezuelana, localizada principalmente no estado do Delta Amacuro venezuelano.

Coletam dados somente se os objetivos e a justificativa para tal coleta de dados forem claros e se não houver risco de causar qualquer dano, acompanham pessoalmente com auxílio de agentes de gestão de casos às vítimas, até instituições de apoio que prestam serviços essenciais incluindo (saúde, polícia, assistência jurídica, ministério público e serviços judiciais).

O trabalho executado pelo Instituto Mana cobra relevância em função do gênero, já que há uma significativa mudança em quanto o fluxo migratório contemporâneo e suas características em função do gênero que não é tão masculinizado como em outros momentos, por isso é possível afirmar que:

As autoras argumentam que, no início da década, a imigração era basicamente masculinizada, em alguns coletivos com uma presença de 70% de homens e de 30% para mulheres e com uma presença feminina reduzida no mercado de trabalho formal. No entanto, no segundo quinquênio da década há uma maior participação das mulheres nos registros migratórios do país, com destaque especial para as venezuelanas, haitianas e cubanas (TONHATI e MACEDO, 2020, p. 99).

4.3. Aldeias Infantis SOS

Aldeias Infantis SOS auxilia nos postos que concentrem imigrantes, atualmente são: PITRIG, abrigos da comunidade warao no bairro tarumã-açu e no Posto de Recepção e Apoio (PRA) que fica na rodoviária o qual pode ser observado na figura 6, oferecendo às famílias imigrantes um ponto de contato e cuidados iniciais e suprimentos de ajuda. Os colaboradores das aldeias infantis SOS fornecem às famílias refugiadas alimentos e itens de higiene. Isso também inclui a educação sobre como as pessoas podem se proteger de doenças. Mais de 15.000 kits de emergência já foram distribuídos, assim como também materiais de aprendizagem para crianças refugiadas a serem utilizadas por colaboradores dentro dos espaços especialmente dedicados para o atendimento das crianças.

Figura 6 - PRA na Rodoviária de Manaus



Fonte: Google Earth

De acordo com (ALDEIAS INFANTIS SOS, s.d) O programa de auxílio emergencial das Aldeias Infantis SOS no Brasil oferece suporte em muitos níveis. Só em 2018, cerca de 760 refugiados, incluindo cerca de 350 crianças, encontraram abrigo em uma Vila Infantil SOS brasileira. Além disso, com a ajuda do SOS, mais de 100 adultos conseguiram encontrar trabalho nos primeiros seis meses. Isso permitiu que cerca de 87 famílias começassem uma vida independente fora da aldeia infantil.

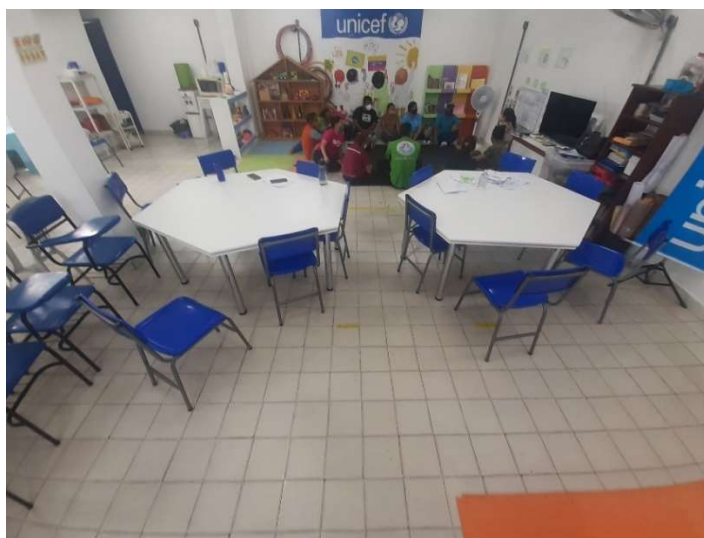
Apoiam os venezuelanos não só em Manaus, se não também nas cidades de Belém|PA e Pacaraima|RR, prestando atenção primária, levando gestantes e crianças de ônibus para o seu destino para que elas não precisem caminhar, e levando crianças e famílias desacompanhadas para os escritórios que sejam necessários para obter a documentação relativa às crianças como certidão de nascimento e certidão de óbito e também criando espaços de proteção à criança onde meninos e meninas podem brincar em segurança e receber cuidados psicológicos., Esses espaços são chamados de Super Panas, os quais têm uma área dedicada à proteção com uma dupla de profissionais Psicólogo e Assistente Social.

Esses espaços obedecem aos padrões recomendados pelo fundo das nações unidas para a infância – UNICEF, conhecidos como espaços amigo das crianças.

Um Espaço Amigo da Criança é um lugar seguro criado para protegê-las de condições de risco. Esses espaços ajudam às crianças a voltar em uma rotina normal, oferecendo atividades, jogos e educação não formal. No fluxo migratório, muitas vezes as crianças são as mais suscetíveis a lesões, exploração, abuso e outros perigos. Espaços infantis são uma das formas de priorizar o cuidado e a proteção das crianças em situações de emergência. Espaços infantis oferecem às crianças um lugar seguro para brincar e o apoio necessário para lidar com o luto e a perda. Os centros estão disponíveis para todas as crianças que estão sendo atendidas no PITRIG ou no posto de recepção e acolhimento.

Nos espaços super panas há atividades divertidas para as crianças como jogos, esportes, canto, teatro e confecção de fantoches Oportunidades de aprendizagem informal em leitura, higiene básica e lições de vida, é uma chance para as crianças expressarem seus sentimentos de medo e perda através de brincadeiras criativas, histórias e interações em grupo, distribuição de lanches, garrafas de água, livros e equipamentos de desenho. Aldeias Infantis SOS também ajuda a reunir famílias através da equipe de proteção, assim como realizar os encaminhamentos necessários para crianças abusadas ou crianças com deficiência (crianças são encaminhadas para serviços especializados sempre que possível) o que vira um momento especial para que os pais façam suas atividades diárias sem se preocupar com a segurança de seus filhos.

Figura 7 - Espaço Super Panas Rodoviária



Fonte: Compilação do Autor

4.4. Cruz Vermelha Internacional

A cruz vermelha é uma das OSCs que no PITRIG foca suas ações na comunicação entre os imigrantes e seus familiares no país de origem, assim como também na triagem sanitária, a cruz vermelha combate a angústia pela separação dos familiares e a incerteza sobre o que poderia ter acontecido com um parente. Nesse contexto, a cruz vermelha esforça-se para auxiliar na busca de pessoas separadas de seus familiares. A Cruz Vermelha faz esforços necessários para encontrar pessoas e restabelecer o contato com seus familiares.

Figura 8 - Sede Cruz Vermelha PITIRIG



Fonte: Compilação do Autor

Sobre o quantitativo de atendimentos, a cruz vermelha pontua que:

O projeto da cruz vermelha no PITRIG chama-se RCF, Restabelecimento do Contato Entre Familiares, implantado desde julho de 2018 na cidade de Pacaraima, Estado de Roraima, desde então os imigrantes realizaram mais de 230 mil ligações a seus familiares residentes no país de origem (CVI, 2020).

O trabalho da cruz vermelha é imprescindível em função da pandemia COVID19, por ser uma emergência global. Este ano houve uma articulação ainda mais forte, no qual foi oferecida orientação técnica e apoio aos parceiros implementadores ao serviço ou não da população migrante, no PITRIG foram realizadas reuniões regulares e coordenadas ações.

Em termos práticos a cruz vermelha se reinventou já que não podia continuar permitindo que os usuários utilizassem o mesmo equipamento celular, por isso foi colocado em funcionamento o serviço de vídeo chamadas. Com o alto número de mortes pelo novo corona vírus, identificar as pessoas converteu-se num novo desafio para o programa. Essa foi mais uma razão pela qual o trabalho foi complexo. Trabalharam também na conscientização das autoridades sobre a importância de restabelecer o contato entre os parentes.

Infelizmente, inúmeras pessoas desaparecem ao longo do caminho da migração, criando enorme angústia para as famílias que esperam respostas (VALLE et al, 2021, p. 14). A cruz vermelha auxilia para que os estados tomem as medidas possíveis para evitar a separação familiar e o risco de desaparecimento ou morte de migrantes. Para Rabelo e Lima, (2019, p. 56) os programas de migração da Cruz Vermelha na América Latina e no Caribe ainda exigem financiamento já que também abordarão a sustentabilidade ambiental e a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, já que a crise climática na região também pode afetar os migrantes.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO TERCEIRO SETOR - OSCs

Em função dos imigrantes, as organizações da sociedade civil atuam principalmente em cinco áreas que, de maneira interligadas conseguem oferecer apoio integral de forma gratuita e muitas vezes sem investimento estatal.

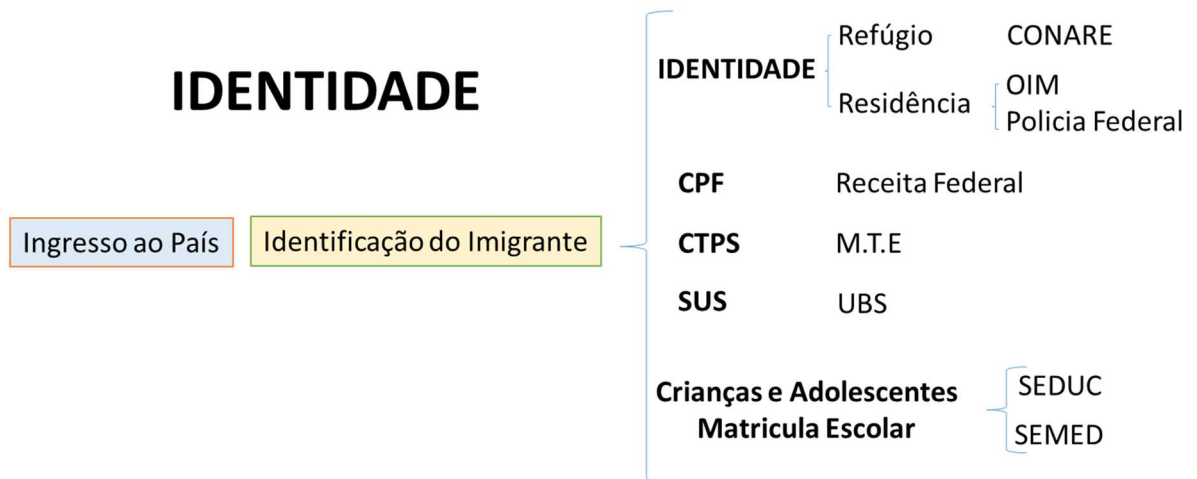
Figura 9 - Áreas de Atuação das OSCs no âmbito do PITRIG



A primeira área de atenção das OSCs no âmbito do PITRIG é a identidade. Trata-se de uma atenção básica que ocorre quando o migrante ingressa no país devida a primeira necessidade da busca por uma identidade. Isto porque uma identidade outorga titularidade de direitos e deveres. Por meio da identidade, o Brasil reconhece aos imigrantes a titularidade dos direitos humanos os quais devem ser respeitados. Desse modo, assumem desta maneira a obrigação de garantir o gozo desses direitos, de acordo com o direito internacional. Isso sem prejudicar seu direito soberano de aplicar seus próprios regulamentos de imigração.

Como pode ser observado na imagem, a identidade está dividida em dois documentos principais: o refúgio instruído pela Polícia Federal e decidido pela Comissão Nacional para Refugiados (CONARE) e o documento de residência que é instruído pela Polícia Federal e a Organização Internacional para as Migrações. A diferença substancial entre ambos radica na contagem do prazo para a obtenção da naturalização e a legislação que regula cada figura.

Figura 10 - Identidade



Como complemento da identidade existem outros três documentos muito importantes, como: o cadastro de pessoa física, a carteira do sistema único de saúde e a carteira de trabalho e previdência social.

Figura 11 - Competências OSCs Por Documento

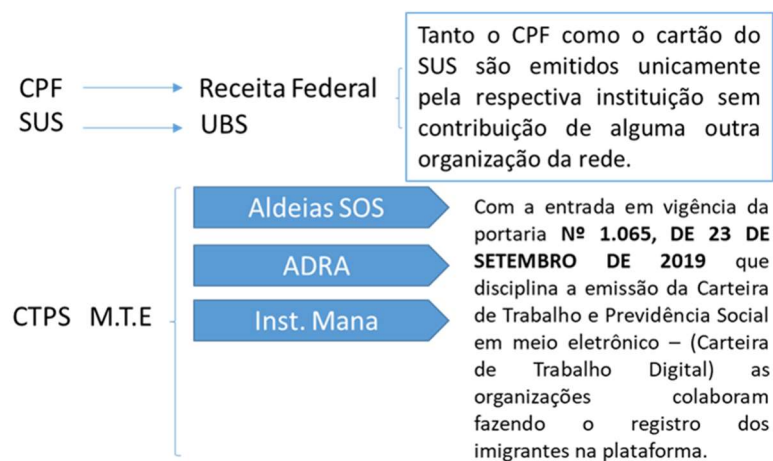
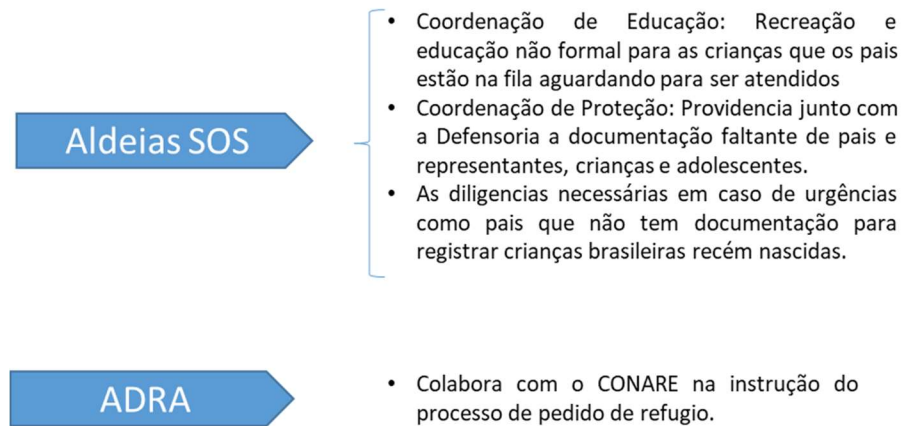


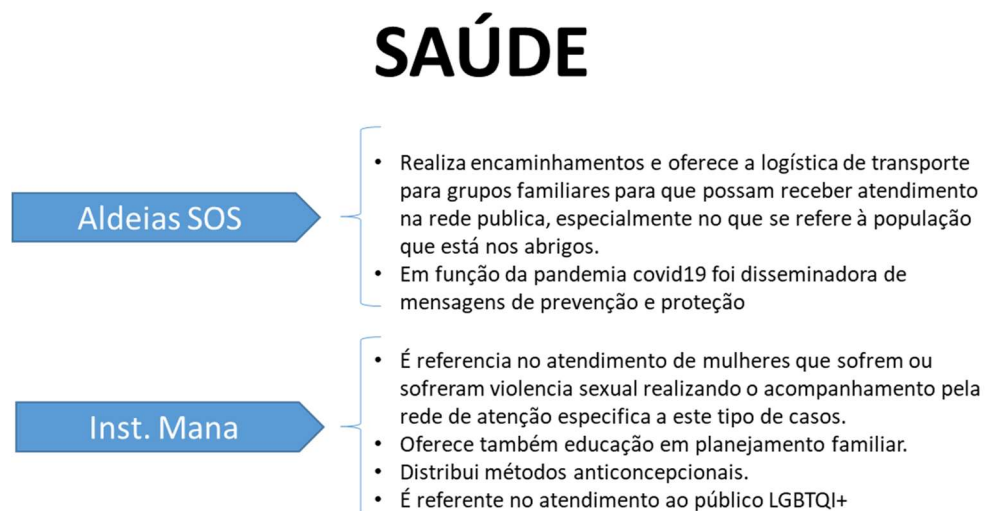
Figura 12 - Outro tipo de Documentação Providenciada.



Outro âmbito de atuação é a alimentação, entendida como necessidade básica que demanda uma complicada rede logística, as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) são protagonistas ativas das soluções e ações para que a população imigrante não sinta os embates da fome.

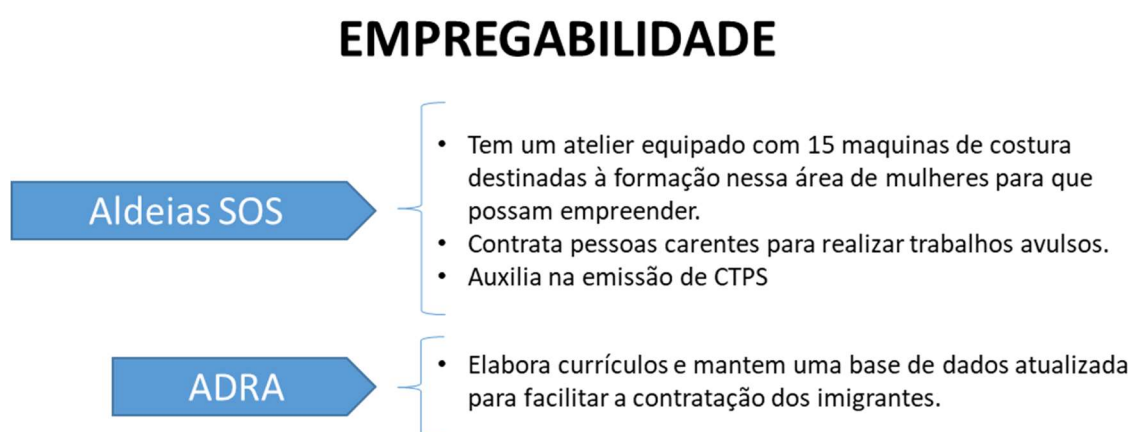
A chegada da crise sanitária em decorrência da pandemia COVID19 demandou das Organizações da Sociedade Civil fortes medidas de prevenção e articulação de combate à pandemia, adicionalmente colaboraram com a logística armazenando e distribuindo equipamento de proteção individual.

Figura 13- Atividades em função da Saúde do Imigrante



A quarta esfera de atuação importante para o processo de acolhimento é a empregabilidade. Nesta etapa, o propósito é oferecer ao imigrante a autonomia de geração de renda, pode ser observado na imagem seguinte algumas das atividades realizadas pelas OSC's em função da empregabilidade.

Figura 14 - Atividades em função da Empregabilidade do Imigrante

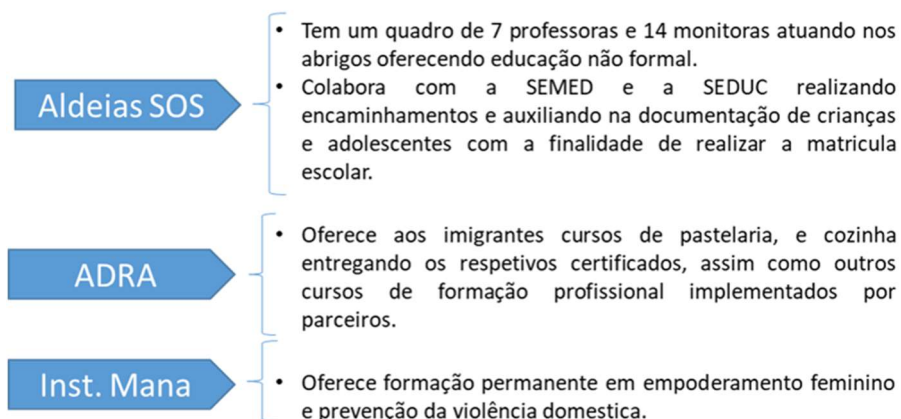


A quinta esfera de atuação é a que engloba as ações que tem por finalidade promover a educação não formal das crianças e adolescentes migrantes. Com a finalidade de garantir o desenvolvimento dos adolescentes e suas diversidades, alguns temas são fundamentais e devem ser trabalhados pelas OSCs, família, escola, comunidade e, claro, os mesmos adolescentes. Os temas estão delineados pelo UNICEF através do “manual para a vida, trilhando caminhos de cidadania”, os imigrantes nos espaços super panas dispões de profissionais que reforçam essas competências numeradas a continuação:

- Aprender e expressar seus conhecimentos acadêmicos
- Desenvolver o pensamento analítico,
- Desenvolver o autoconhecimento, a autoestima, o autocontrole e a autoconfiança,
- Buscar proteção e superar dificuldades,
- Gerenciar conflitos de forma saudável e positiva,
- Desenvolver a comunicação interpessoal,
- Estabelecer relações afetivas e sustentáveis no âmbito da família e da comunidade,

- Adotar atitude de respeito e valorização da diversidade,
- Desenvolver preferências estéticas e sensibilidade cultural e artística,
- Utilizar as novas tecnologias da informação e comunicação, inclusive as mídias sociais, com senso crítico,
- Identificar quando as pessoas precisam de ajuda e adotar atitude de solidariedade,
- Adotar atitude financeira responsável,
- Desenvolver talentos e adquirir aptidões profissionais,
- Adotar atitude ambiental responsável,
- Conhecer e reivindicar seus direitos assumir suas responsabilidades,
- Participar de processos decisórios na esfera pública,
- Defender a ética, o respeito às coisas públicas e os mecanismos de controle social,
- Proteger a si e as pessoas com quem se relaciona das IST e do HIV/Aids,
- Tomar decisões sobre sua saúde sexual e sua saúde reprodutiva com autonomia, informação, apoio e cuidado,
- Ter uma alimentação saudável e pratica

EDUCAÇÃO



6. DA ACOLHIDA E ARTICULAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR

As organizações que representam o terceiro setor são muito importantes para o trabalho com os imigrantes, foram criadas por Organizações Não Governamentais, de matrizes internacionais que já trabalhavam na área de serviços sociais, e foram incorporadas à operação acolhida por pactos feitos no exterior com fundos estrangeiros. São delegações de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento apoiada por grandes organizações de voluntariado, dirigido e gerido por profissionais contratados que realizam seu trabalho a partir de critérios de profissionalismo, eficiência e competência técnica. Os responsáveis por estas organizações referem-se aos destinatários da sua ajuda, destacando ou alertando sobre o grau de vulnerabilidade e a necessidade de que o trabalho continue, sobre tudo porque, até a presente data a fronteira com a Venezuela está fechada e ainda chegam imigrantes que entram ao país irregularmente, uma vez a fronteira seja aberta se espera que a intensidade do fluxo migratório se incremente.

As OSCs auxiliam às sociedades cuja capacidade de responder aos fluxos migratórios massivos é muito limitado, evitando que esse grupo migrantes sofra insegurança e vulnerabilidades. As situações de extrema necessidade exigem o trabalho das OSCs, mas sempre envolvendo bens e serviços básicos que devem ser providenciados com rapidez, disso depende a sobrevivência dos imigrantes, e o fortalecimento do processo de acolhida criando um tecido econômico e social, com bases que facilitem a interiorização e desenvolvimento do imigrante.

No meio da complexidade que têm as atividades que são realizadas em favor da população migrante, as OSCs atuam cooperando com rigor e profissionalismo, uma cooperação planejada e concebida a partir de critérios técnicos. É por isso que adotam a linguagem da eficiência e da competição, reivindicando a profissionalização das equipes. A melhoria na prestação dos serviços depende em parte da preparação e realização de bons projetos em que os objetivos a atingir são claros, com uma metodologia adequada para os fins. O trabalho desenvolvido pelas OSCs, não deve apenas levar em conta os aspectos econômicos e técnicos, mas também atender as demandas feitas por lideranças da comunidade de imigrantes, para desta maneira contribuir com o desenvolvimento de autonomia dos imigrantes.

O compromisso das OSCs é moral, por isso participam ativamente em campanhas de denúncia de violência infantil, direitos dos refugiados e qualquer outra minoria vulnerável, ainda quando a crítica política não é competência das OSCs. As OSCs apostam claramente no espectro político para a neutralidade e imparcialidade, o que é muito importante perante a realidade venezuelana que gera opiniões polarizadas, a ajuda chega aqueles que mais precisam, sem distinção de raça, sexo, religião ou ideologia. As OSCs se afastam da política seguida pelos governos dos países onde intervêm e ao mesmo tempo são capazes de criar estratégias de articulação e cooperação para gerir o fluxo migratório. As agências internacionais e entidades governamentais são mais eficientes com o auxílio das OSCs, estas valorizam a maneira com que as OSCs arrecadam ajuda, existe o entendimento de que complementam e melhoram a intervenção emergencial da condição em que o imigrante se encontra.

O trabalho das OSCs é, de acordo com a sua concepção de ajuda e cooperação, fortemente comprometido com os objetivos de desenvolvimento sustentável. A cooperação supõe a realização de grandes projetos de desenvolvimento com os quais se trata de prevenir a precarização do imigrante para o qual é utilizado financiamento privado. Infelizmente o financiamento de doações de seus parceiros é limitado e insuficiente, não permite enfrentar grandes projetos e intervir em situações por longo prazo.

Uma das coisas importantes do trabalho das OSCs é que dão importância à educação não formal de crianças e adolescentes¹⁴ assim como também investem no empoderamento feminino, fazendo inclusive a sensibilização, através de palestras, dos cidadãos com o fim de mostrar a realidade do coletivo imigrante, para que estes acabem apoiando os projetos que são realizados. As OSCs estão preocupadas em combater as causas que fragilizam o imigrante em trânsito, por isso trabalham em função de mudanças nas estruturas econômicas e políticas que favorecem a desigualdade entre os imigrantes, facilitam a geração de um novo modelo de convivência e equidade.

¹⁴ Através da educação não formal, crianças e adolescentes são formados em competências para a vida como autoproteção, higiene e empregabilidade entre outros.

7. DA IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS NA RECEPÇÃO DOS IMIGRANTES

O funcionamento das OSCs depende muito do investimento de fundos destinados ao financiamento de projetos de acolhida da população imigrante, as nações unidas e agencias internacionais movimentam recursos financeiros doados por governos e particulares, fundos que por não pertencer ao governo brasileiro, se movimentam de maneira mais expedita na atenção aos imigrantes já que não obedecem aos critérios burocráticos da administração pública.

Um destes fundos é o fundo das nações unidas para a infância UNICEF, que está presente em vários estados do Brasil, destinam recursos para as OSCs com a intenção de investir para que as crianças recebam água potável e saneamento. Paralelamente, o UNICEF está fazendo um importante trabalho de incentivo das autoridades para garantir os direitos das crianças e adolescentes venezuelanos que entram no Brasil todos os dias, em parceria com ADRA e Aldeias Infantis SOS.

O UNICEF responde a casos que envolvam crianças e adolescentes, garantindo medidas de proteção, prevenindo a separação familiar, o retorno injustificado das crianças ao seu país de origem e identificando crianças vítimas de violência, tráfico ou exploração. Diante dos desafios que enfrentam as famílias migrantes, UNICEF está trabalhando com a secretária estadual de educação SEDUC e a secretária municipal de educação SEMED na inclusão de crianças venezuelanas nas escolas e em programas específicos de combate à xenofobia e à discriminação, isto complementa o trabalho diário para garantir que todas as crianças venezuelanas tenham acesso a uma educação de qualidade.

O UNICEF auxilia as OSCs com a finalidades de proteger as crianças e adolescentes, aumentando o acesso à educação, fortalecendo os sistemas de saúde e proteção da segurança social, ampliando oportunidades de renda familiar e emprego de jovens e facilitando a resolução pacífica de conflitos. Muitas crianças refugiadas não têm acesso à saúde e outros serviços essenciais. O UNICEF cobra maiores esforços coletivos por parte dos governos, comunidades e do setor privado para fornecer às crianças mobilizadas o acesso necessário à educação e serviços de saúde, abrigo, nutrição, água e saneamento.

Para o UNICEF o status de imigração de uma criança nunca deve ser um obstáculo para seu acesso a serviços básicos. O UNICEF auxilia com recursos às OSCs com a intenção de garantir o bem-estar das crianças e protegê-las de circunstâncias que possam prejudicar seu desenvolvimento. Outro ponto forte do UNICEF que favorece ao imigrante, é o combate à xenofobia e à discriminação, as crianças migrantes são frequentemente vítimas de discriminação, xenofobia e estigma, tanto durante as viagens quanto aos seus destinos finais.

Todos têm um papel a desempenhar no acolhimento de crianças, por isso o UNICEF empodera as lideranças indígenas da comunidade Warao para ajudar a combater a xenofobia e gerar uma melhor compreensão entre crianças mobilizadas e suas famílias tentando incluir sempre a comunidade anfitriã. As crianças refugiadas e migrantes são extremamente vulneráveis à violência e ao abuso, e correm o risco de serem vítimas de contrabandistas e até mesmo escravizadas por traficantes. O UNICEF cobra o fortalecimento de instrumentos legais e seguros para que as crianças possam ser acolhidas e protegidas. O UNICEF apoia as OSCs com a finalidade de fortalecer o sistema de proteção à criança e adolescente e garantir a formação e assistência dos profissionais envolvidos indiferentemente do setor ao qual pertencem. Uma das circunstâncias que o UNICEF e as OSCs lutam por evitar, é a separação das crianças de seus familiares.

Outro dos fundos de muita importância para a gestão do fluxo migratório através das OSCs, é o programa regional de apoio à migração venezuelana pertencente ao auxílio do povo americano ou USAID por suas siglas em inglês o USAID, busca melhorar a integração socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos em cidades selecionadas no Brasil, é possível conseguir isso através de uma combinação de atividades que se concentram em permitir que os venezuelanos tenham sustento no país receptor. As principais linhas de atuação incluem: melhor acesso a serviços financeiros, especialmente poupança e produtos de crédito; facilitar o acesso ao mercado de trabalho por meio de capacitação com a empregabilidade e colocação no setor privado com treinamento e suporte para pequenos empresários e aspirantes a empreendedores, incluindo acesso ao capital inicial.

As principais medidas adotadas pelo USAID incluem maiores oportunidades de emprego em condições seguras e decentes e também, a inclusão financeira a través do empreendedorismo, o USAID apoia trabalhos das OSCs que melhorem a subsistência. Estes fundo parte da premissa de que muitos venezuelanos eram donos de empresas antes de emigrarem e iniciarão novos negócios em seu país de acolhimento. Outros estão tentando a sorte como empreendedores pela primeira vez.

Para OBMIGRA (2020) quase a metade dos venezuelanos estão procurando algum tipo de trabalho por conta própria em seu país de acolhimento, mas independentemente de seu nível de experiência como donos de negócios, muitos precisarão de alguma forma de assistência para ter sucesso. O objetivo é fortalecer os negócios existentes ou ajudar a iniciar novos que possam gerar renda decente e sustentável para os venezuelanos que vivem no Brasil.

Outro fundo que auxilia financeiramente as OSCs que trabalham pelos imigrantes, é o Fundo das Nações Unidas para as Populações – UNFPA. É um dos órgãos da Assembleia Geral das Nações Unidas e está sediado em Nova York (REFWORLD, 2020). Seu objetivo é apoiar os países no uso de dados populacionais para políticas e programas que reduzam a pobreza e garantam que toda gravidez seja desejada, cada nascimento seja seguro, cada jovem esteja livre da AIDS, e toda menina e mulher seja tratada com dignidade e respeito (UNFPA, 1994).

Além disso, o UNFPA pesquisa necessidades específicas de assistência, especialmente com grupos em situação de maior vulnerabilidade (como gestantes e pessoas que necessitam de assistência psicossocial) e compartilha essas informações com a rede de atenção nos municípios. A través de formações contínuas criam espaços para discutir sobre direitos sexuais e reprodutivos, prevenir a violência de gênero, a violência sexual e deixar claro onde os imigrantes devem receber atendimento se forem vítimas de agressão sexual (UNFPA, 2020)

O UNFPA dispõe de uma equipe qualificada que oferece multidisciplinarmente cuidados de saúde sexual e reprodutiva e proteção contra a violência, além disso, distribuiu o que eles chamam de Kits de dignidade, são kits de higiene pessoal para mulheres, adolescentes e meninas. Os kits podem ser observados na figura seguinte, contêm, absorventes, creme dental, lava roupa, sabonete, barbeador, álcool gel em quantidade suficiente para uma pessoa durante quinze dias.

Figura 15 - Kits doados pelo UNFPA



Fonte: Compilação do Autor

Atualmente, segundo (UNFPA, 2021) presta assistência técnica ao Estado brasileiro para adaptar as regulamentações para que a população venezuelana seja incluída nos mecanismos de proteção contra a violência.

Outro fundo que contribui e de fato apoiou o financiamento da construção do PITRIG é o Fundo do governo japonês, que tem apoiado constante e sistematicamente a sociedade venezuelana, incluindo refugiados e, da mesma forma, os países vizinhos" que os recebem (UNODOC, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posto de Interiorização e Triagem é um local em que acontece uma articulação intersetorial na qual serviços públicos normalmente ofertados de maneira isolada em locais diferentes da cidade, são concentrados espacialmente. As OSCs complementam estes serviços identificando e encaminhando os usuários com os processos a ser iniciados parcialmente instruídos. A participação das OSCs na dinâmica de interiorização e triagem, permite que os usuários tenham sempre um colaborador instruído e conhecedor da realidade da população migrante, capaz de repassar informação atualizada e relevante que facilite a adaptação ao país receptor.

As OSCs identificadas que prestam serviços dentro do PITRIG foram a Cruz Vermelha, Aldeias Infantis SOS, ADRA e o Instituto Mana. A Cruz Vermelha colabora na triagem sanitária e combate a angústia pela separação dos familiares disponibilizando um sistema de telefonia celular para que os imigrantes possam entrar contato com sua família na Venezuela. A OSC Aldeias Infantis SOS auxilia através do projeto super panas executado em parceria com UNICEF, com atividades de educação não formal e uma equipe multidisciplinar encarregada de serviços de proteção das crianças e adolescentes.

Já a ADRA trabalha com foco na nutrição, redução da fome e realiza atividades focadas em garantir direitos e igualdades entre sexos e crianças em situação de vulnerabilidade, trabalho que complementa o também desenvolvido pelo Instituto Mana é reforçado o empoderamento feminino através de projetos focados em promover a conscientização, fortalecimento e autonomia feminina com disseminação das ideias feministas e de informações sobre os direitos das mulheres. Educação para a tolerância: realização de projetos educacionais e culturais para conscientização da sociedade e de agentes públicos para tolerância e respeito dos direitos das mulheres e para as questões de gênero e sexualidade

Foi identificado que a articulação intersetorial se materializa em cinco âmbitos de atuação: Identificação, educação, empregabilidade, saúde e alimentação. Ainda quando as OSCs desenvolvem projetos bem delimitados em função do objeto, mostram flexibilidade em realizar atividades e dar respostas a demandas não preestabelecidas em seus estatutos, sempre em colaboração integrada com outras secretárias e instituições governamentais.

O posto de interiorização e triagem da cidade de Manaus facilita o acesso dos imigrantes aos serviços públicos, já que permite que no mesmo espaço primeiro, segundo e terceiro setor concentrem esforços em favor da atenção da população migrante, neste local, as organizações da sociedade civil são só um dos meios para promover a integração dos imigrantes à sociedade, todos os outros atores também são determinantes no processo de acolhida e interiorização como as ações de pequenos empresários.

O estudo realizado permite concluir que as organizações da sociedade civil são uma fonte de recursos humanos e uma ferramenta para atender às necessidades específicas dos imigrantes e torná-los atores ativos, participantes das decisões tomadas, sem que isso represente de forma alguma uma fragilidade da segurança nacional.

Esta pesquisa deixou em evidência a existência de uma rede de serviços e recursos em que, ainda com as limitações e problemas existentes, conseguem cumprir com o atendimento integral dos imigrantes. Ocorre que, infelizmente, não é toda a população migrante que pode ser atendida em tempo prudencial, o que gera uma lista de pessoas a esperar por atendimento. Por isso é necessário continuar com as melhoras na infraestrutura para que não ocorram as demoras nesse atendimento.

Os resultados também mostraram que uma das maiores preocupações das OSCs, é a promoção de parcerias com o primeiro e segundo setor para facilitar o processo de acolhimento. Para isso as OSCs devem continuar trabalhando de maneira integrada com os órgãos da administração pública com ênfases em políticas douradoras que beneficiem à população migrante. Uma substancial melhora na prestação de serviços no PITRIG, consiste na criação de maior relação entre a comunidade imigrante venezuelana, indígena e não indígena.

Para a administração pública é importante o apoio das OSCs, como é o caso por exemplo das matrículas escolares das crianças e adolescentes migrantes. Os agentes políticos devem se atentar à relevância dessas organizações como canais de expressão dos interesses da comunidade imigrante e, ao mesmo tempo, a necessidade do próprio órgão público de ter um interlocutor estável com os beneficiários da política de imigração.

O trabalho das OSCs, aumenta a possibilidade de promover ou desenvolver estudos ou iniciativas relacionadas à integração social dos imigrantes, além de elaborar relatórios sobre propostas, planos e programas não apenas quando exigidos pela administração central, mas também por iniciativa própria. A atividade das OSCs vem sendo fortemente condicionada pelas mudanças especialmente legislativas e pelos acontecimentos políticos. As OSCs aqui estudadas, por sua experiência com o processo de acolhimento e interiorização dos imigrantes, devem ser consideradas como importantes órgãos de consulta.

As OSCs adquiriram relevância, em especial na gestão de serviços aos imigrantes, tanto no âmbito local quanto no âmbito regional, por isso acordos de colaboração foram firmados com fundos internacionais, associações e organizações envolvidas na gestão dos serviços sociais. Assim, as OSCs desempenham um papel decisivo na identificação e acompanhamento da população migrante com necessidades e demandas e na orientação e encaminhamento subsequente dos imigrantes para os dispositivos ou serviços públicos existentes.

Nesta ação conjunta das esferas pública e privada, uma das funções mais importantes assumidas pelo Terceiro Setor em coordenação com o campo administrativo é a de informação e cuidados dos imigrantes, o que ocorre por meio de um trabalho de prestação de serviços jurídicos, como assessoria sobre as formas legais do migrante regularizar-se e tornar-se sujeito de direito ao atendimento médico.

Cabe destacar o fato de que a maioria dos imigrantes que chegam no PITRIG, estão basicamente procurando informações e conselhos sobre serviços públicos, como educação, saúde e emprego. As demandas são voltadas principalmente para a educação de crianças e adolescentes. Os pedidos estão concentrados em migrantes com menos de um ano de residência no Brasil e que têm uma renda inferior ao salário mínimo. Há serviços que nem sempre podem ser resolvidos pelo primeiro setor, por falta de meios, recursos, como pequenos reparos nos abrigos destinados aos imigrantes ou aquisição de dispositivos de telefonia celular para crianças que recebem formação escolar de maneira remota, é nesse momento que a interação com o Terceiro Setor se torna relevante.

Um dos casos em que a colaboração com as OSCs vem sendo particularmente benéfica, é o relativo à atenção à saúde, tanto na participação por meio de mediadores interculturais, quanto na complementariedade com o Sistema Único de Saúde. A intervenção do Terceiro Setor nesse campo tem sido fundamental para alcançar a efetiva universalização dos serviços de saúde, um exemplo que pode ser citado é o acompanhamento das mulheres da etnia Warao assistidas pela UNFPA durante o processo de parto.

As OSCs são promotoras da realização de campanhas culturais, cursos de idiomas, educação de adultos entre outros. O cuidado com as crianças imigrantes é outra linha de atuação das OSCs que facilita a inclusão das crianças migrantes no sistema de educação formal. As OSCs vêm colaborado no cuidado prestado aos menores desacompanhados que chegaram recentemente ao território brasileiro. Elas auxiliam também no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, com a prestação de serviços para imigrantes que por diferentes motivos passam pelo circuito de proteção institucional.

As OSCs permitem a normalização do fenômeno migratório através das atividades de interiorização e triagem principalmente com a conscientização do cidadão comum e as instituições em função do fenômeno (fluxos migratórios massivos). Dentro da heterogeneidade das atividades desenvolvidas, boa parte delas têm sido orientadas para a sociedade receptora, com campanhas para promover atitudes mais igualitárias, em relação à imigração e à diversidade cultural: com a denúncia dos aspectos mais negativos da situação dos imigrantes e a demanda por mudanças nas políticas públicas.

As OSCs não vêm para substituir a atuação das instituições pertencentes ao primeiro setor e sim para trabalhar de maneira articulada para satisfazer as necessidades básicas, e garantir direitos humanos elementares da população migrante indígena e não indígena. Os gestores da política migratória devem pensar a integração com as OSCs como um objetivo primário e necessário da coordenação de fluxos migratórios massivos. Esta pesquisa contribui em dar visibilidade ao trabalho das organizações da sociedade civil e a explicar uma articulação que acontece num contexto de emergência com elementos que podem ser resgatados e serem utilizados como parte da política imigratória como é o caso da triagem, acolhida e interiorização; aspectos que devem permanecer de forma duradoura no atendimento de fluxos migratórios massivos.

REFERÊNCIAS

ACNUR, 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/01/06/posto-de-interiorizacao-e-triagem-de-manaus-atende-mais-de-cinco-mil-refugiados-e-migrantes-em-dois-meses/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados. [S.l.]. 2018.

ADRA. ADRA - **PROJETOS**. ADRA, 2021. Disponível em: <<https://adra.org.br/projetos/amazonas/care/>>. Acesso em: 11 FEVEREIRO 2021.

AGENCIA BRASIL, 16 junho 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/Brasil-volta-a-ficar-entre-os-mais-bem-avaliados-em-ranking-global>>. Acesso em: 9 julho 2020.

ALDEIAS INFANTIS SOS, 2020. Disponível em: <<https://www.aldeiasinfantis.org.br/engaje-se/noticias/recentes/super-panas-espacos-para-criancas-venezuelanas>>. Acesso em: janeiro 2021.

ALDEIAS INFANTIS SOS. Neuanfang in Brasilien, s.d. Disponível em: <<https://www.sos-kinderdoerfer.de/informieren/hilfsprojekte/venezuela-krise-spenden/neuanfang-in-brasilien>>.

ALVES, J. E. D. **Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19**, 2020. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/article/view/1650/1049>>. Acesso em: 28 Fevereiro 2021.

BAENINGER, R.; JAROCHINSSKI, J. **Migrações Venezuelanas**. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/migracoes_venezuelanas%20%281%29.pdf>.

BAPTISTA , F.; DE CARVALHO, C. **Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo.** Dissertação de Mestrado apresentada como ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Univ. [S.l.]: [s.n.], 2009.

BRASIL. DECRETO Nº 9.285, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 9.285, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm>.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 820, DE 15 DE JANEIRO DE 2018. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node018c7uwwsnnt1e19gg4wxet81a5676439.node0?codteor=1640194&filename=MPV+820/2018>.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 820, DE 15 DE JANEIRO DE 2018. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node018c7uwwsnnt1e19gg4wxet81a5676439.node0?codteor=1640194&filename=MPV+820/2018>.

BRAVEBOY, W.; JAQUELINE, A. **The Foreign Policies of the Global South: Rethinking Conceptual Frameworks.** [S.l.]: Lynne Rienner Publishers, 2003.

CABALLERO, M. **Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992).** [S.l.]: Editorial Alfa, 2003.

CABRAL, E. H. D. S. **TERCEIRO SETOR - Gestão e controle social** eBook Kindle. 2da. ed. [S.l.]: SARAIVA, 2017.

CÁRITAS, 2021. Disponível em: <<https://arquiocesedemanaus.org.br/2019/11/05/caritas-e-embaixada-da-franca-renovam-projeto-para-auxilio-a-refugiados-venezuelanos/>>. Acesso em: 28 JANEIRO 2021.

CASSARINO, J. P. **Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno.** [S.l.]: REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., 2013. ISBN vol.21, n.41, pp.21-54. ISSN 1980-8585. <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852013000200003>.

CASTILLO, T.; REGUANT, M. **Percepciones sobre la migración venezolana: causas.** [S.l.]: Migraciones, 2017. 133-163 p.

CASTLES, S.; KOSACK, G. **Inmigrant Workers and class structures in western Europe.** Londres : Oxford University Press, 1973.

CEPAL. **Estudio Economico de América Latina y el caribe.** [S.l.]. 2002.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2017.** [S.l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43228-panorama-social-america-latina-2017-documento-informativo>>.

CHETTY, S. **The Case Study Method for Research in Small-and Medium-Sized Firms.** [S.l.]: [s.n.], 1996. 73-85 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237937847_The_Case_Study_Method_for_Research_in_Small-and_Medium-Sized_Firms>. Acesso em: 5 janeiro 2021.

CONECTAS. **Entidades da América Latina e do Caribe demandam que migrantes sejam tratados de acordo com padrões de direitos humanos,** 25 Fevereiro 2018. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/sociedade-civil-cobra-de-governos-da-regiao-acolhida-adequada-de-venezuelanos>>. Acesso em: 08 Julho 2020.

CVI, 2020. Disponível em: <<https://www.icrc.org/es/document/brasil-nuevos-puestos-de-atencion-restablecen-el-contacto-de-migrantes-con-sus-familiares>>. Acesso em: 22 maio 2021.

DA SILVA, S.; TORELLY, M. **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas.** [S.l.]: OIM, 2018. ISBN ISBN 978-85-94066-04-6.

DE HAAS, H. The Migration and Development Pendulum: A Critical View on Research and Policy. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-2435.2012.00755.x>>.

DUTRA, D. **Os imigrantes no mercado de trabalho formal: perfil geral na série 2010-2014, a partir dos dados da rais.** In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Tonhati, T. Dutra, D., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

EISENHARDT, K. M. **Building theories from case study research.** *Academy of Management Review.* [S.l.]: [s.n.], v. 14, 1989. 532-550 p. Disponível em: <<https://cin.ufpe.br/~in1037/leitura/eisenhardt-1989-BuildingTheoryFromCaseStudies.pdf>>. Acesso em: 2021 janeiro 14.

ENCOVI 2020. **Encuesta Nacional de Condiciones de Vida 2019 - 2020.** Caracas: UCAB, 2020. Disponível em: <<https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>>.

EVERETT, L. Theory of migration (Original translation From Peter H.). Yogyakarta: Population Studies Center, 1992.

FASSIN, D. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. [S.l.]: Ponto Urbe, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/2467>>.

FIGUEIREDO, N. Método e metodologia na pesquisa científica. São Caetano do Sul: Difusão, 2004.

FREITEZ, A. **La emigración desde Venezuela en la última década.** *Temas de.* [S.l.]: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/IIES/recursos/Temas%20de%20Coyuntura%2063/1.La_emigracion_Venezuela_Freitez.pdf>.

GALDINO, C. Jusbrasil, 2015. **Uma leitura sobre os alimentos pelo Código Civil Brasileiro.**

GALDINO, C.; RIBEIRO, E.; PEREIRA, R. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. [S.l.]: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENEZ, C. **Que es la Migración?** Barcelona: Integral, 2003.

GOV.BR, s.d. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zi8_2zf4hUkJ:https://www.gov.br/a_colhida/historico/&hl=pt-BR&gl=br&strip=0&vwsr=0>. Acesso em: 15 maio 2021.

GUNDER,. **El desarrollo del subdesarrollo**. Madrid: Zero, 1974.

HERRERA, G. ; SORENSEN, N.. **Migraciones internacionales en Americana Latina**. [S.l.]: Iconos: Revista de Ciencias Sociales, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5974506.pdf>>.

INE. CARACAS: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.redatam.ine.gob.ve/Censo2011/index.html>>.

INSTITUTO MANA, 2021. Disponível em: <<https://www.institutomana.com/>>. Acesso em: 5 fevereiro 2021.

INSTITUTO MANA. Manaus: [s.n.], s.d. Disponível em: <<https://www.institutomana.com/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

IZARD, M. **El poder, la mentira y la muerte: de El Amparo al Caracazo**. [S.l.]: Fondo Editorial Tropykos, 2012, v. Volume 3 de Colección 4F, 2012. ISBN ISBN 980724854X, 9789807248549.

KEARNEY, 2020. Disponível em: <<https://www.kearney.com/foreign-direct-investment-confidence-index>>. Acesso em: 2020 julho 2020.

KITCHENHAM, B. A. P. **Principles of survey research: part 2: designing a survey.** [S.l.]: [s.n.], 2002.

LAM, D. **How the world survived the population bomb: lessons from 50 years of extraordinary demographic.** [S.l.]: Demography, v. 48, n. 4, p. 1231-1262, 2011.

LOPEZ LOZAYA, M. **Sociología de las migraciones humanas.** España: Librando Mundos, 2003.

MABOGUNJE, A. **Systems Approach to a Theory of Rural-Urban Migration.** [S.l.]: [s.n.], 2010.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, M. **Metodología Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia. Décimo Primeira.** ed. México: Ediciones Era, 1991. ISBN: 968-411-253-X. Disponível em: <<https://www.rebellion.org/docs/55046.pdf>>.

MARTINEZ, G. **A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21.** Scielo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001>.

MARTINEZ, G.; DINIZ, J. **Economy, society and environment in the 21st century: three pillars or trilemma of sustainability?** São Paulo: Rev. bras. estud. popul. vol.32 no.3 Sept./Dec. 2015 Epub Nov 13, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982015000300433&script=sci_arttext&tlng=en>.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G. **Theories of International Migration: A Review and Appraisal.** [S.l.]: [s.n.], 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1>>.

MASSEY, D. **Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration.** [S.l.]: [s.n.], 1990.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: Práticas de fichamentos, resumos, resenhas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MYERS, N.; SIMON, J. **Scarcity or abundance? A debate on the environment**. New York, London: W.W Norton & Co. Inc. [S.l.]: [s.n.], 1994.

NAÇÕES UNIDAS. **Estudo da ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <[OAS. **Grupo de Trabajo sobre Migrantes Venezolanos de la OEA llama a otorgarles estatus de refugiado y crear tarjeta de identidad regional, 2019**. Disponível em: <\[https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-048/19\]\(https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-048/19\)>. Acesso em: 27 julho 2021.](https://nacoesunidas.org/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20migrantes%20internacionais,ter%C3%A7a%2Dfeira%20(17).>>.</p></div><div data-bbox=)

OBMIGRA. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas** / Fundação Getulio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro : FGV DAPP. Roraima: [s.n.], 2020. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/FGV%20DAPP%20\(2020\)%20-%20A%20economia%20de%20Roraima%20e%20o%20fluxo%20venezuelano.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/FGV%20DAPP%20(2020)%20-%20A%20economia%20de%20Roraima%20e%20o%20fluxo%20venezuelano.pdf)>.

OIM, 17 dezembro 2019. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/venezuelanos-comecam-a-ser-levados-de-manaus-para-outras-cidades/>>. Acesso em: 14 maio 2021.

OIM. IOM. **Durable solutions for indigenous migrants and refugees in the context of the Venezuelan flow**. [S.l.]. 2020.

OIM. **La OIM lanza informe sobre la migración indígena venezolana a Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://www.iom.int/es/news/la-oim-lanza-informe-sobre-la-migracion-indigena-venezolana-brasil>>. Acesso em: 3 janeiro 2021.

ONU. Acnur: **Venezuela tem segunda maior crise de refugiados do mundo após Síria**. ONU News, 29 OUTUBRO 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/10/1692471>>. Acesso em: 25 NOVEMBRO 2020.

PARNAIBA, L. C. **Políticas públicas para mulheres: uma análise do plano nacional de políticas para as mulheres (PNPM) na Amazônia**. Campinas, SP: [s.n.], v. rOrientador: Angela Maria Carneiro Araújo., 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/332849/1/Parnaiba_LuzieneCorrea_D.pdf>. Acesso em: 30 janeiro 2020.

POLICIA FEDERAL. [S.l.]: [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://legado.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>.

PORTES, A.; BOROCZ, J. **migración Contemporanea: Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación**. Barcelona: Icaria, 1998.

R4V, 2020. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 25 novembro 2020.

R4V. PLATAFORMA DE COORDINACIÓN PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELA, 25 NOVEMBRO 2020. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 25 NOVEMBRO 2020.

R4V. Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela, 2021. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/brazil>>. Acesso em: 08 julho 2021.

RABELO, G.; LIMA, F. G. D. S. **O REFLEXO DA MIGRAÇÃO DE VENEZUELANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL NO ESTADO DE RORAIMA**. Ano 04, Ed. 09, Vol. 06, pp. 78-102. ed. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/migracao-de-venezuelanos>>.

RAVENSTEIN, E. G. **The Laws of Migration**. [S.l.]: Arno Press, 1976. This British volume, first published in 1885, contains the author's attempts to systematize the empirical regularities he observed in migration data.

REFWORLD. [S.l.]: [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://www.refworld.org.es/publisher/UNFPA.html>>.

RIALP, A. **El método del caso como técnica de investigación y su aplicación al estudio de la función directiva. IV Taller de Metodología de ACEDE.** [S.l.]: IV Taller De Metodología ACEDE, 1998.

RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. [S.l.]: Estud. av. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200015>.

RODRÍGUEZ, Z. M. **La migración venezolana es un asunto de Derechos Humanos, 2020.** Disponível em: <<https://lasillavacia.com/silla-llena/red-de-venezuela/la-migracion-venezolana-asunto-de-derechos-humanos-76258>>.

SASSEN, S. **Movilidad, Trabajo y Capital: Estudio sobre la inversión y el trabajo.** Madrid : Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales , 1993.

SIMMONS, A. B. **Immigration and Canada: Global and Transnational Perspectives.** [S.l.]: [s.n.], 2010.

SIMÕES, G. ; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. ; MOREIRA, E. ; CAMARGO, J. **Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017. Material disponível em: URL: <<http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>> Acesso em: 31/07/2021

TOMAS, P.; MAURICIO, P. **Emigración venezolana hacia España en tiempos de revolución bolivariana (1998-2017).** [S.l.]: Universidad Central de Venezuela, 2018.

TORRES, RAISSA, **Imigrantes e refugiados venezuelanos na paraíba: aspectos para o desenvolvimento da política migratória em nível local,** Universidade Federal Da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB, 2019.

UCAB. **Centros de Estudios e InvestigaçãO. PROYECTO POBREZA**, 2021. Disponível em: <<https://www.ucab.edu.ve/investigacion/centros-e-institutos-de-investigacion/iies/proyecto-pobreza/>>. Acesso em: 10 janeiro 2021.

UNDESA. Department of Economic and Social Affairs: Economic Analysis, 2017. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/tag/bolivarian-republic-of-venezuela/>>.

UNFPA. [S.l.]: [s.n.], 2020. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/>>. Acesso em: 20 junho 2021. Garantir direitos e escolhas para todos.

UNFPA. **Criando um mundo em que todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam seguros e cada jovem alcance seu potencial.**, 2021. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/quem-somos/>>.

UNFPA. **Report of the International Conference on Population and. Cairo:** [s.n.], 1994. 55 p. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/4a54bc080.html>>.

UNICEF BRASIL, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/>>. Acesso em: 30 janeiro 2021.

UNODOC. Japão doa US\$3,6 milhões para resposta da ONU Brasil à população venezuelana. United Nations Office on Drugs and Crime, 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/06/japo-doa-us3-6-milhes-para-resposta-da-onu-brasil--populao-venezuelana.html>>. Acesso em: 26 julho 2021.

UNPD. AGENDA 2030, s.d. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 8 julho 2021.

VALLE, F. A.; MYRIAM, M. Migración y el derecho humano a la salud en tiempo de pandemia. [S.l.]: Editorial Universidad Católica de Santa Fe, 2021.

VOLLSET ET AL, E. G. C.-W. Y. J. C. A. E. S. T. H. C. B. G. S. A. E. C. J. C. A. J. D. T. F. K. F. S. I. H. R. L. A. H. M. V. N. **Fertility, mortality, migration, and population scenarios for 195 countries and territories from 2017 to 2100: a forecasting analysis for the Global Burden of Disease Study.** The Lancet, Washington, Seattle, 18 Julho 2020. Disponível em:

<<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2930677-2&fbclid=IwAR1wBztAQhfsC5QsAWvRdAdWA7YQ2srRg4fUmKtjcWtJU13J7JQwPBdgyaA>>. Acesso em: 18 Julho 2020.

WALLERSTEIN, I. **El futuro de la civilización capitalista**. Barcelona: Icaria, 1997.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. Tradução de R. K Yin. (2 ed.). ed. Porto Alegre: Bookman, 1994. Disponível em: <<http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74440967/3-WIN-desenho%20e%20metodo>>.

ZLOTNIK. **Théories sur les migrations internationales**. En G. Caselli, J. Vallin y G. Wunsch (Eds.). Démographie: analyse et synthèse. Vol. IV: Les déterminants de la migration. Paris: INED, 2003.